

Primeira Reunião Ordinária de 2017



CEPLAN

Brasil: conjuntura econômica e as PEC 55 e 287

Tania Bacelar de Araújo
Profa. aposentada da UFPE
Sócia da CEPLAN Consultoria Econômica

Recife, 15 de março de 2017

1. De onde estamos vindo

- Heranças importantes do século XX
- Tendências no início do século XXI

2. O atual momento nacional

- A crise na economia
- A crise política

3. Propostas de mudança na Constituição Federal de 1988

- PEC 55 (teto das despesas primárias)
- PEC 287 (reforma da Previdência)

4. Considerações Finais

1. De onde estamos vindo: heranças importantes do século XX

Contexto mundial : avanço da financeirização e da globalização

TRANSAÇÕES FINANCEIRAS:

com moedas, com ações, com títulos públicos e privados..

↓ **Patrimônio Financeiro**



TRANSAÇÕES PRODUTIVAS :

com bens e serviços

↓ **Patrimônio Material**



PIB Mundial em 2006 US\$ 48,3Tri

1980 = US\$ 12 tri x us\$ 10 tri
Fonte McKinsey

Crise do petróleo (anos 70)

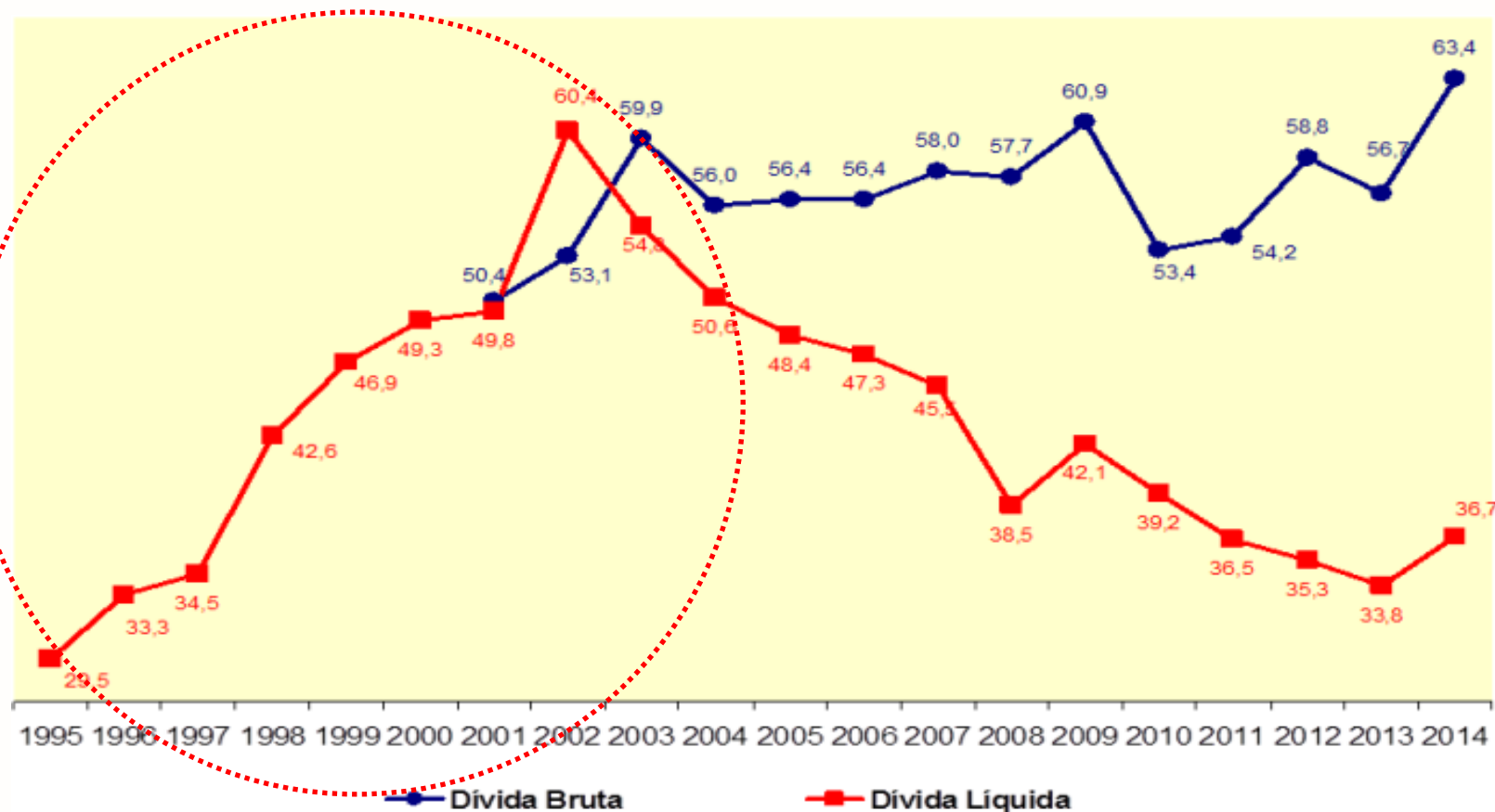
GLOBALIZAÇÃO

- **Projeto nacional: se industrializar** (após séculos como país primário-exportador)
- **Meados do século: implanta a indústria pesada na esteira da internacionalização da indústria mundial**, com reforço à concentração no Sudeste
- **Governos militares: mantém projeto industrial** (auge da concentração nos anos 70) **mas fortalecem a produção de *commodities* (minérios e agronegócio)**
- **Traço comum: Estado desenvolvimentista, superavitário e patrocinador do desenvolvimento econômico até os anos 80** (déficit do papel no social)

- **Oitava base industrial, quadro social grave e terceiro país mais desigual do mundo**
- **Crise dos anos 80 : associada ao endividamento externo da era Geisel (crise da dívida externa) e ao “choque dos juros” no final dos 70 (crise financeira do Estado) com hiperinflação (planos sucessivos)**
- **Em paralelo: redemocratização (com eleições indiretas) e CF/88 (lastro para avanços sociais)**

- **Abertura financeira e comercial rápida nos anos 90 e câmbio fixo até 1999: impactos negativos na indústria e reforço ao rentismo (articulado à financeirização)**
- **Controle da hiperinflação (Plano Real)**
- **Crise do Estado se agrava: elevada dívida do Governo (dívida pública cresce muito nos anos do pós Real) com juros reais muito elevados e aumento da carga tributária em paralelo a processo de privatizações (Era FHC)**

Brasil: trajetória do endividamento público 1995-2014 (% do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: Divida Liquida = Dívida Pública Bruta menos a soma dos créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central.

1. De onde estamos vindo: tendências no século XXI

- **Avanço de nova dinâmica demográfica : período do bônus, avanço da nova pirâmide etária (envelhecimento)**
- **Dinamismo das cidades médias (uma oportunidade)**
- **Dois momentos na dinâmica econômica:**
 - a janela de oportunidade das *commodities* com dinamismo do consumo popular e forte expansão do mercado formal de trabalho, na primeira década
 - a crise na segunda década (crise externa, retração da China, fim do ciclo da *commodities*, e equívocos internos)

- **Avanços sociais relevantes desde a C.F/ 88, com valorização do salário mínimo, das políticas sociais, redução da pobreza, melhoria na desigualdade social, avanços no acesso à educação superior, valorização da diversidade...**

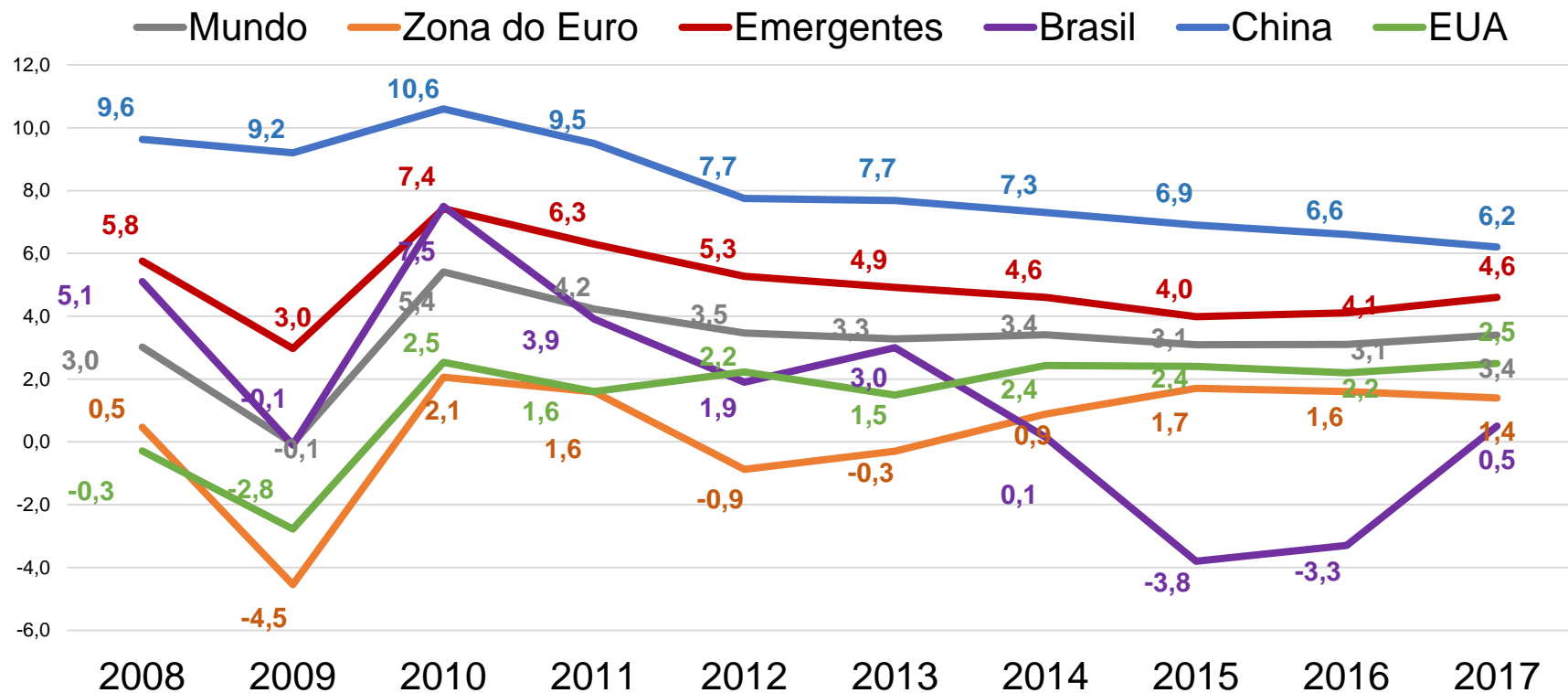
Relatório do BIRD : “Retomando o caminho para a inclusão, crescimento e sustentabilidade”, 2016:

“Até o final da década de 1990, houve pouco progresso na redução das disparidades de renda no Brasil, contudo, na última década, os avanços socioeconômicos foram notáveis e reconhecidos internacionalmente” (item 3 do SUMÁRIO EXECUTIVO)

2. Onde estamos: a conjuntura

Crise 2008/09 e desaceleração da China: economia brasileira é impactada

Mundo e Regiões Selecionadas: variação real do PIB, em % – 2008 a 2017¹

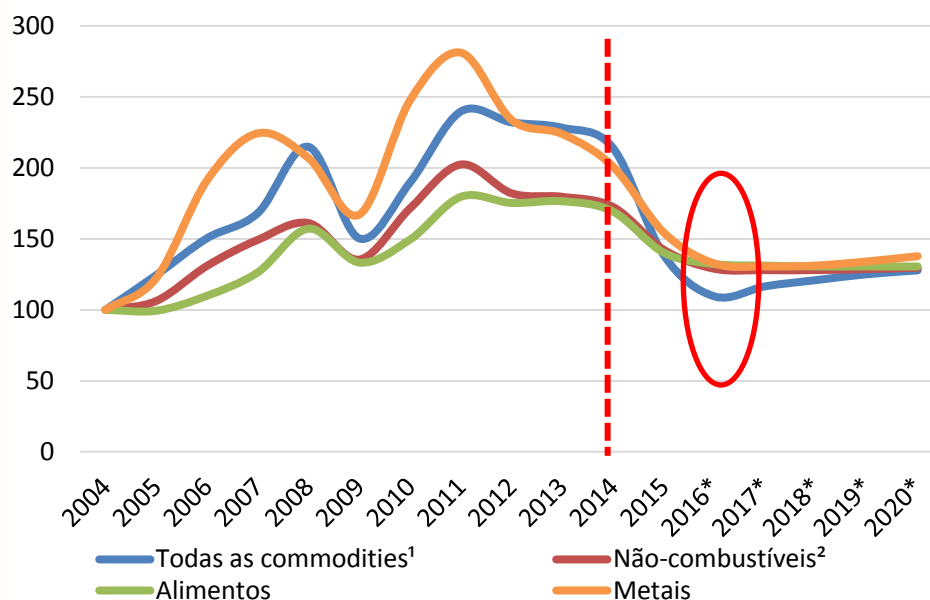


Fonte: Brasil: IBGE (2008 a 2015) e estimativa WEO/IMF (2016); demais áreas: World Economic Outlook Update/IMF, julho de 2016. Elaboração Ceplan.

(1) Os dados do WEO/IMF são observados de 2008 a 2015, Para os outros anos, os dados são estimados.

Mudança no mercado de *commodities*

Mundo: Índice de Preços das Commodities (2004 = 100)



Fonte: International Financial Statistics/International Monetary Fund(IMF). Elaboração Ceplan.

(*) Dados de 2016 a 2020 são projeções do IMF. (1) Combustíveis e não-combustíveis; (2) Inclui alimentos e bebidas e insumos industriais

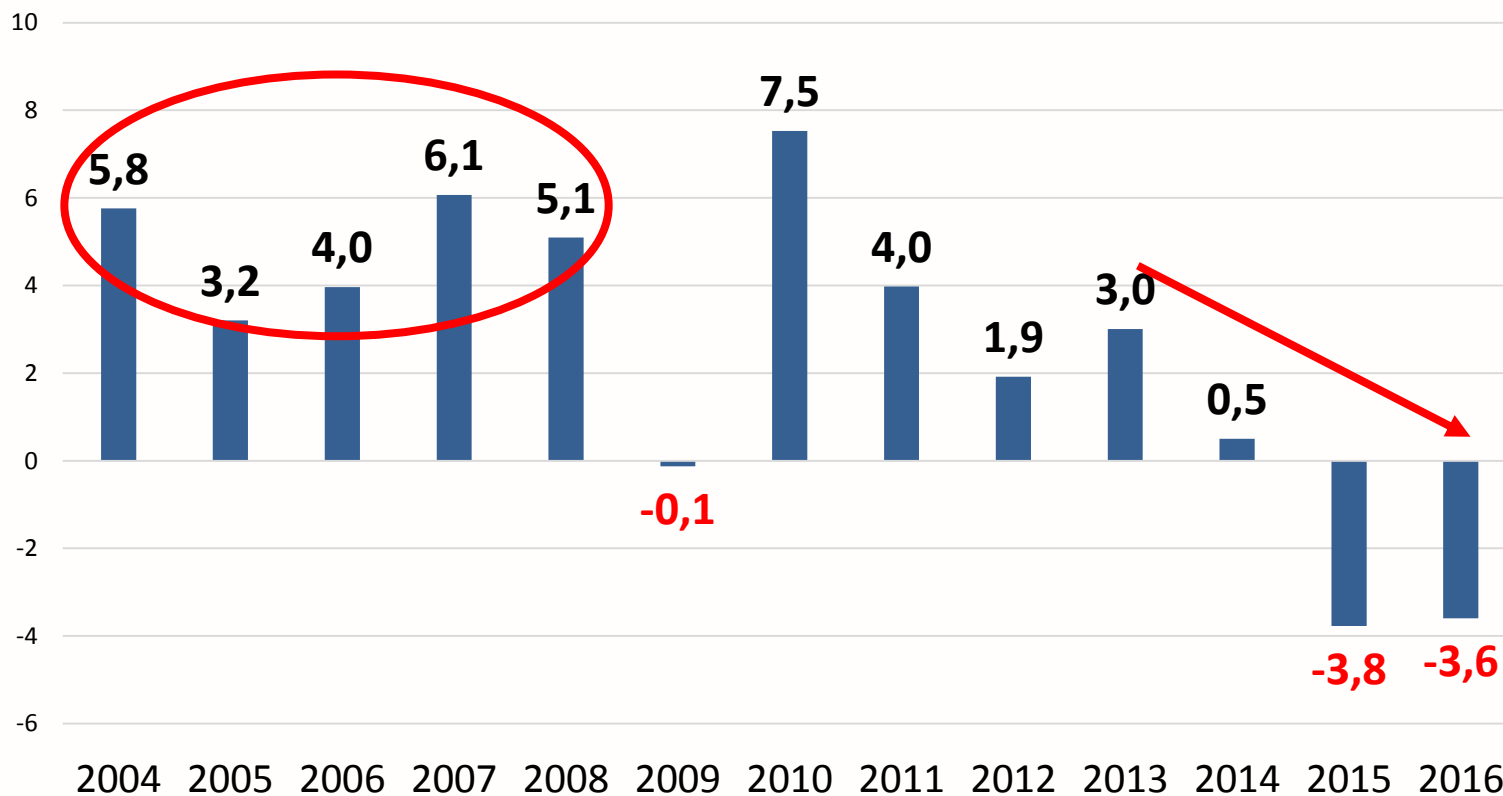
Brasil recente: problemas do Gov. Dilma



- **Câmbio mantido valorizado:** impacto negativo especialmente na indústria e uso de operações *swaps* (impacto na dívida pública);
- **Queda brusca da SELIC entre 2012 e 2013** (12,5% para 7,25%) com rápida subida nos anos seguintes (impacto fiscal);
- **Manutenção de renúncia fiscal para estimular consumo** quando a desaceleração desta variável já estava em curso (impacto fiscal);
- **Ampliação dos financiamentos via BNDES** para estimular FBKF (impacto na dívida pública);
- **Trava nos preços administrados** (energia, combustíveis, transportes);
- **Gestão orçamentária gera problemas com TCU;**
- **Ajuste fiscal 2015/16:** recessivo e inflacionário

Brasil recente: desaceleração pós 2013

Brasil: taxas (%) anuais de evolução do PIB – 2004 a 2016



Fonte: Contas Nacionais/IBGE. Elaboração Ceplan.

BRASIL: queda generalizada do PIB, em especial da receita pública, investimento, consumo e importação



Brasil: taxa de variação real do PIB por componentes, em % - 2013 a 2016

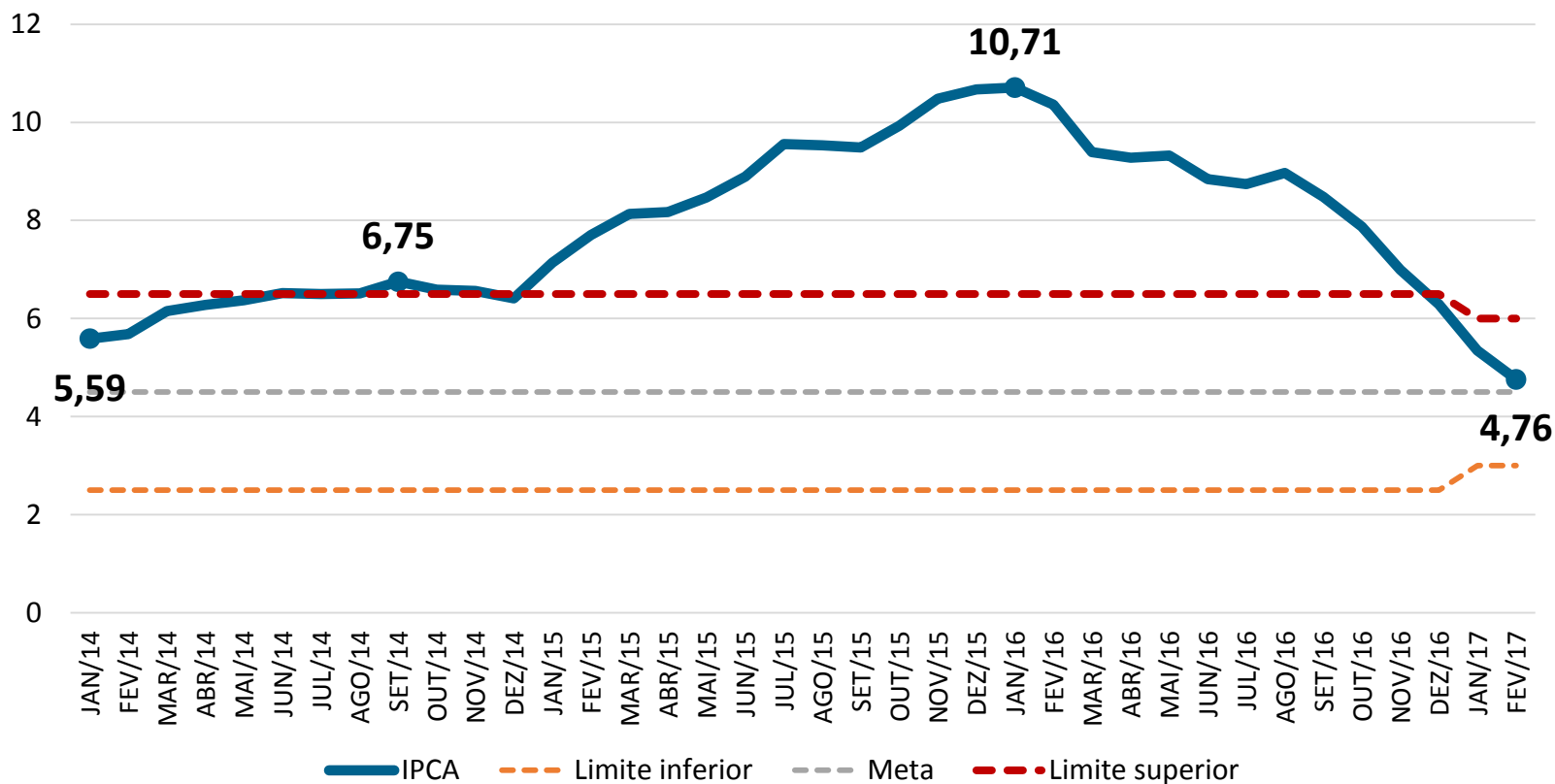
Componentes	2013	2014	2015	2016
Agropecuária	8,4	2,8	3,6	-6,6
Indústria	2,2	-1,5	-6,3	-3,8
Serviços	2,8	1,0	-2,7	-2,7
Impostos	3,7	0,8	-7,0	-6,4
PIB	3,0	0,5	-3,8	-3,6
Consumo das Famílias	3,5	2,3	-3,9	-4,2
Consumo do Governo	1,5	0,8	-1,1	-0,6
Investimento (FBCF)	5,8	-4,2	-13,9	-10,2
Exportação	2,4	-1,1	6,3	1,9
Importação	7,2	-1,9	-14,1	-10,3



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan.

Brasil: inflação dispara em 2015 e perde força em 2016 e início de 2017

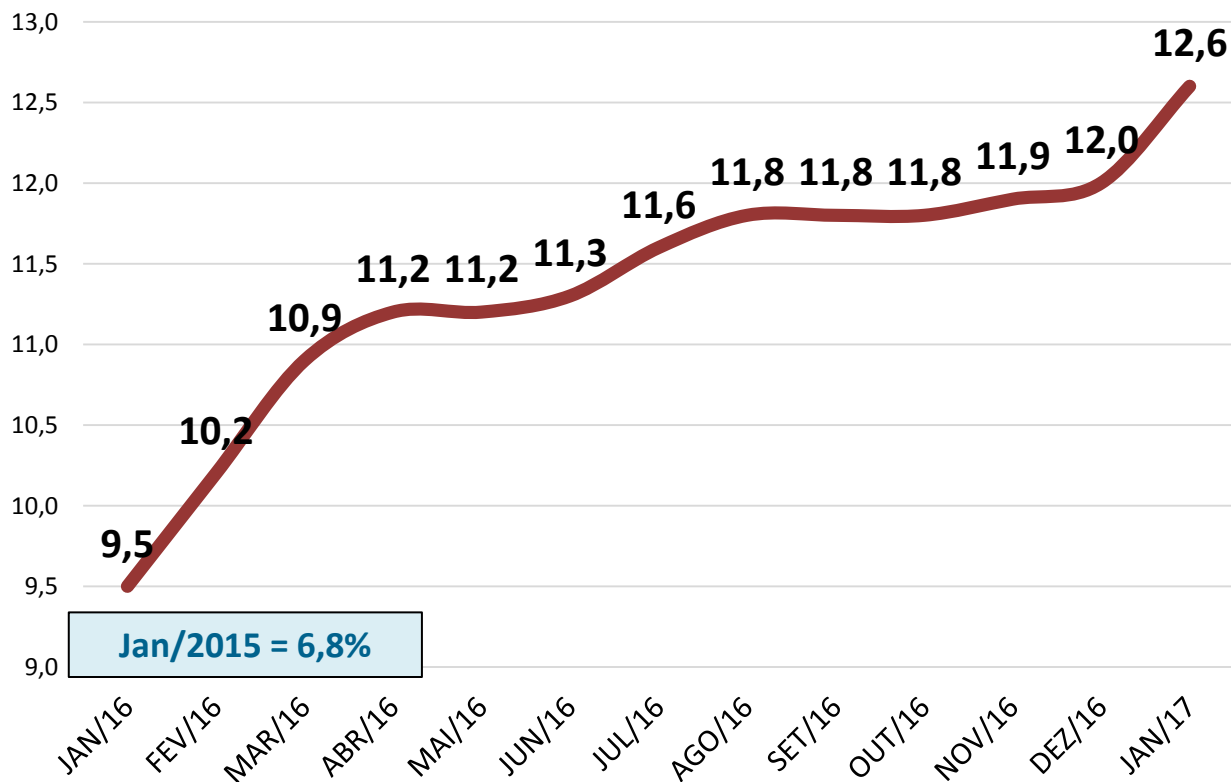
*Brasil: taxa de variação do IPCA acumulada em 12 meses, em %
- Janeiro/2014 a Fevereiro/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)*



Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo /IBGE. Elaboração Ceplan.

Brasil recente: Desemprego em forte elevação

Brasil: taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais (trimestre móvel), em % Janeiro/2016 a Janeiro/2017



Força de Trabalho (PEA)
Jan/16: 101,2 milhões
Jan/17: 102,8 milhões
↑ 1,6 milhão a mais

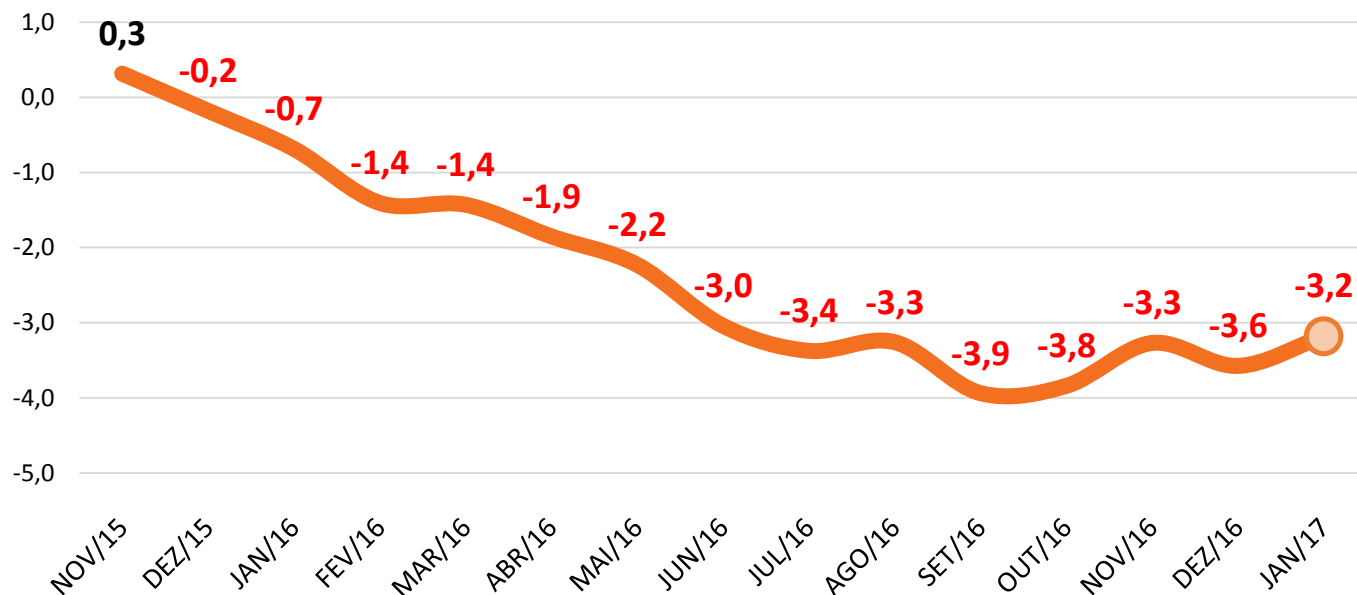
Pessoas Ocupadas
Jan/16: 91,6 milhões
Jan/17: 89,9 milhões
↓ 1,7 milhões a menos

Pessoas Desocupadas
Jan/16: 9,6 milhões
Jan/17: 12,9 milhões
↑ 3,3 milhões a mais

Fonte: PNAD-Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. Nota: O mês de referência é o limite superior do trimestre.

Brasil recente: Massa salarial real em forte queda , afetando negativamente o consumo

Brasil: variação acumulada em 12 meses da massa de rendimentos do trabalho, em % - novembro/2015 a janeiro/2017

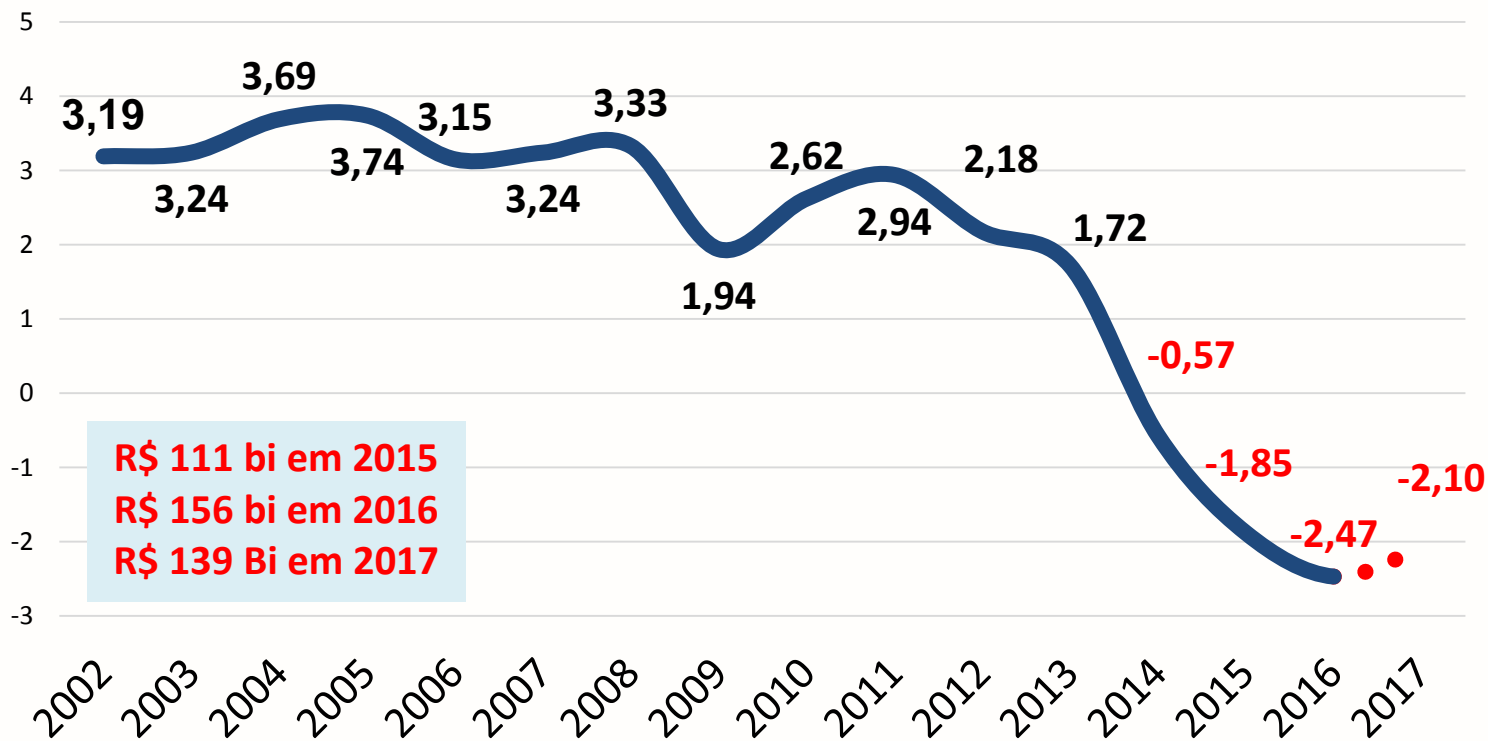


Fonte: PNAD-Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multiconsultoria

Nota: Utiliza a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho. A média calculada considera o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente utilizando-se o deflator do mês intermediário.

Brasil 2015 em diante : cresce déficit primário o que coloca foco no ajuste fiscal

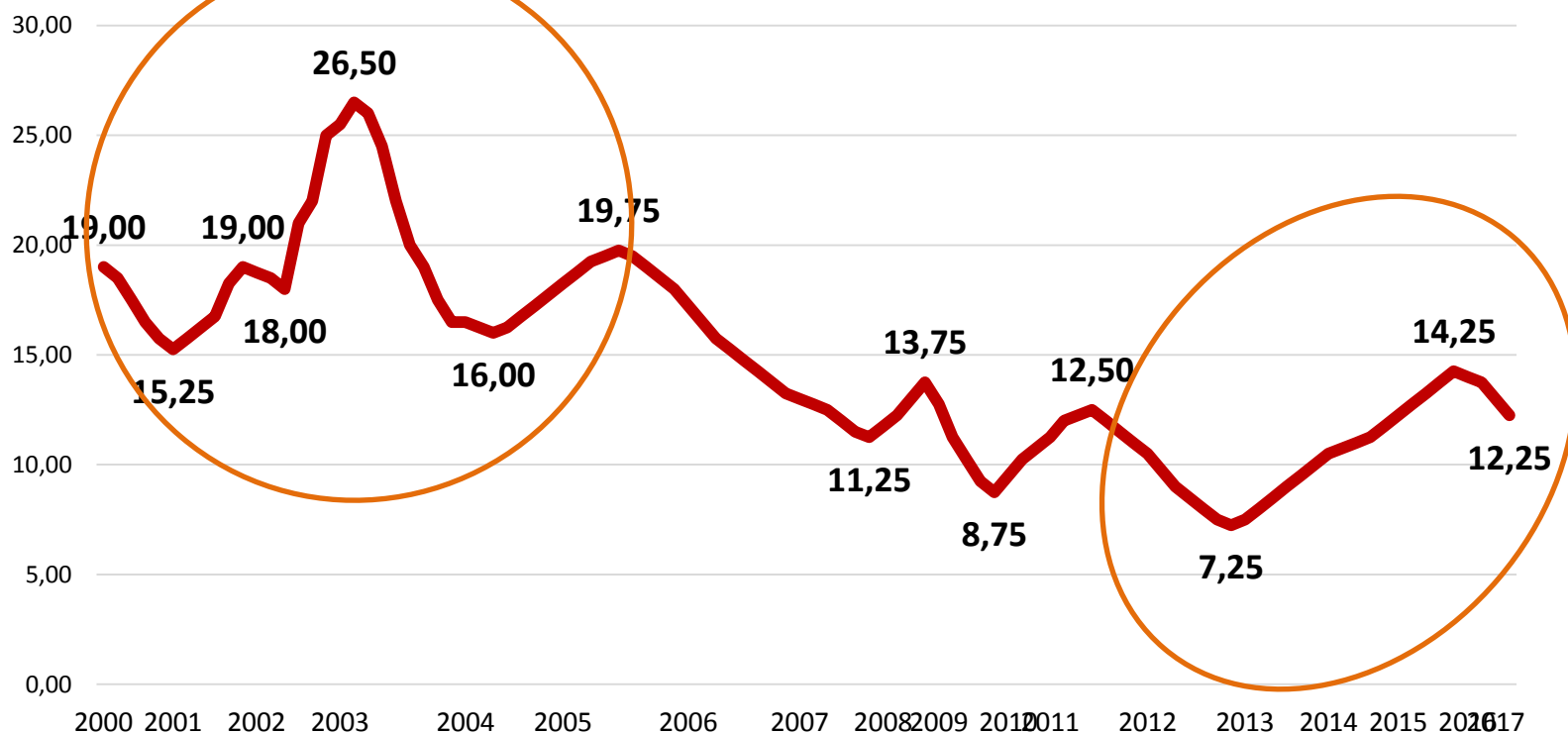
Brasil: Resultado Primário do Setor Público consolidado, em % do PIB 2002 a 2016 (observado) e 2017 (proposto)



Fonte: Banco Central do Brasil (2002 a 2016) e Cenário Fiscal 2017/MPOG. Elaboração Ceplan Multi.

Brasil pós 2013: SELIC se eleva muito e se mantém muito alta, embora inicie queda

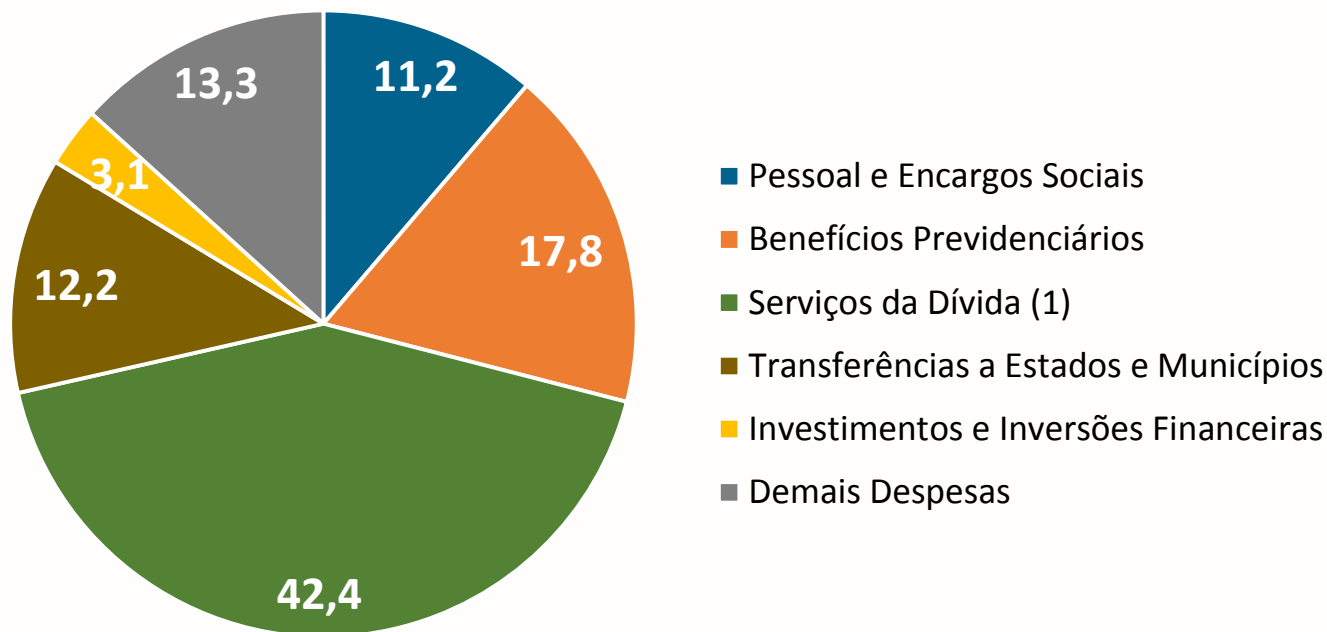
Brasil: Taxa de juros - Meta Selic definida pelo Copom, em % a.a. - 2000 a 2017



Fonte: Banco Central do Brasil.

Brasil: o peso dos Serviços da Dívida Pública nos gastos totais

Brasil: Composição (%) das Despesas do Governo Federal - 2015



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)/STN/MF. Elaboração CEPLAN.
(1) Incluídos os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Crise fiscal: o peso dos serviços da dívida



Brasil: Resultados fiscais consolidados do setor público - Jan-Dez/13 - Jan-Dez/15

Discriminação	Jan-Dez/2013		Jan-Dez/2014		Jan-Dez/2015	
	Fluxo (R\$ milhões)	%PIB	Fluxo (R\$ milhões)	%PIB	Fluxo (R\$ milhões)	%PIB
Resultado Nominal	157.549,57	2,96	343.916,33	6,05	613.034,79	10,34
Juros nominais	248.855,69	4,68	311.380,42	5,48	501.785,92	8,46
Resultado Primário	-91.306,12	-1,72	32.535,90	0,57	111.248,87	1,88
PIB acumulado no ano	5.316.455,00	-	5.687.309,00	-	5.929.748,47	-

Fonte: BCB. Elaboração Ceplan

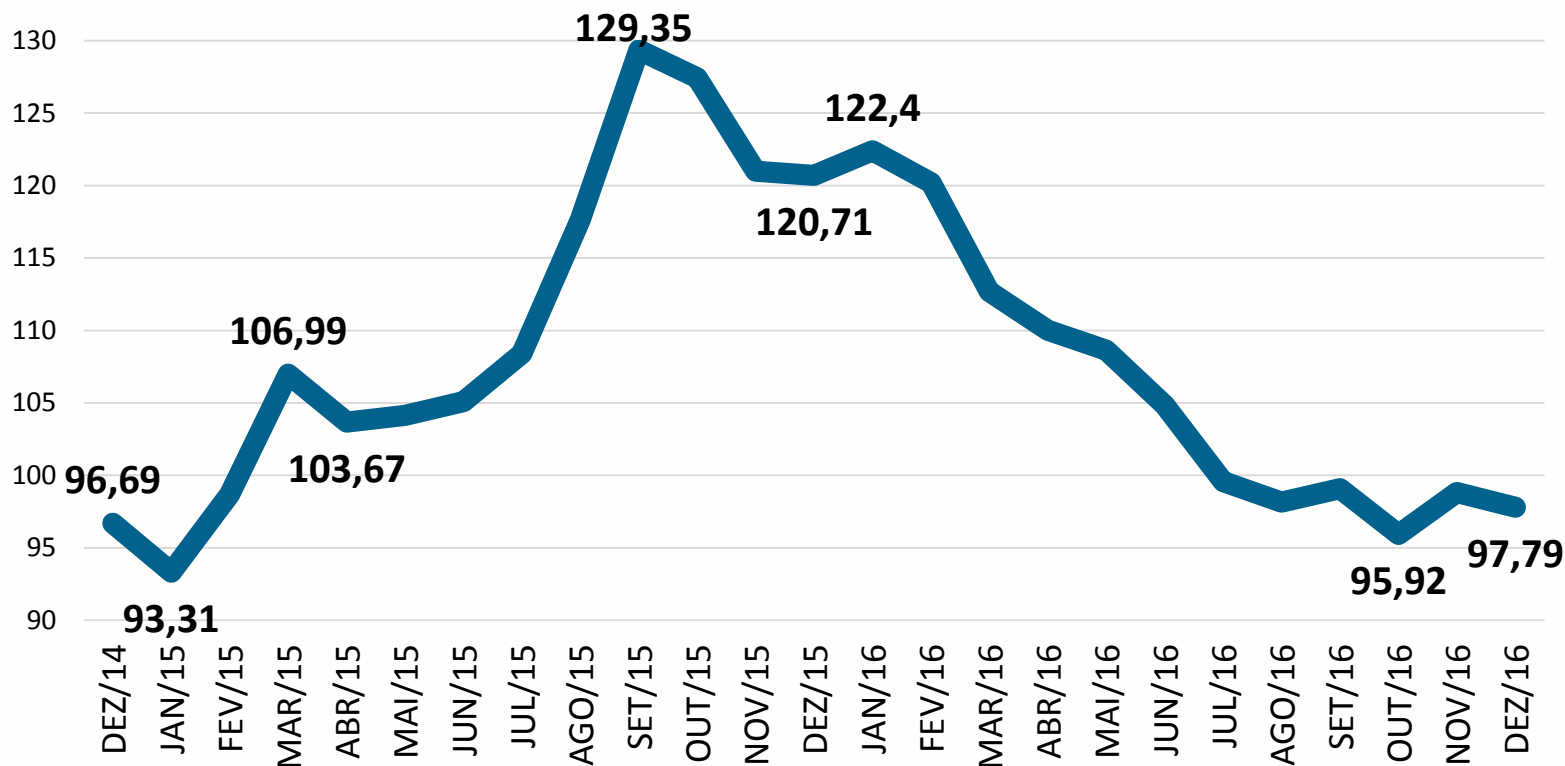
Nota: Inclui Governo Central, Governos regionais e Empresas estatais.

(R\$ 190 Bi de aumento do valor dos juros pagos até dez.)

Juros como proporção do PIB elevam-se substancialmente (de 5% para quase 9%) em ambiente de aumento na relação Dívida/PIB.

Câmbio: instabilidade na crise, com valorização recente do Real

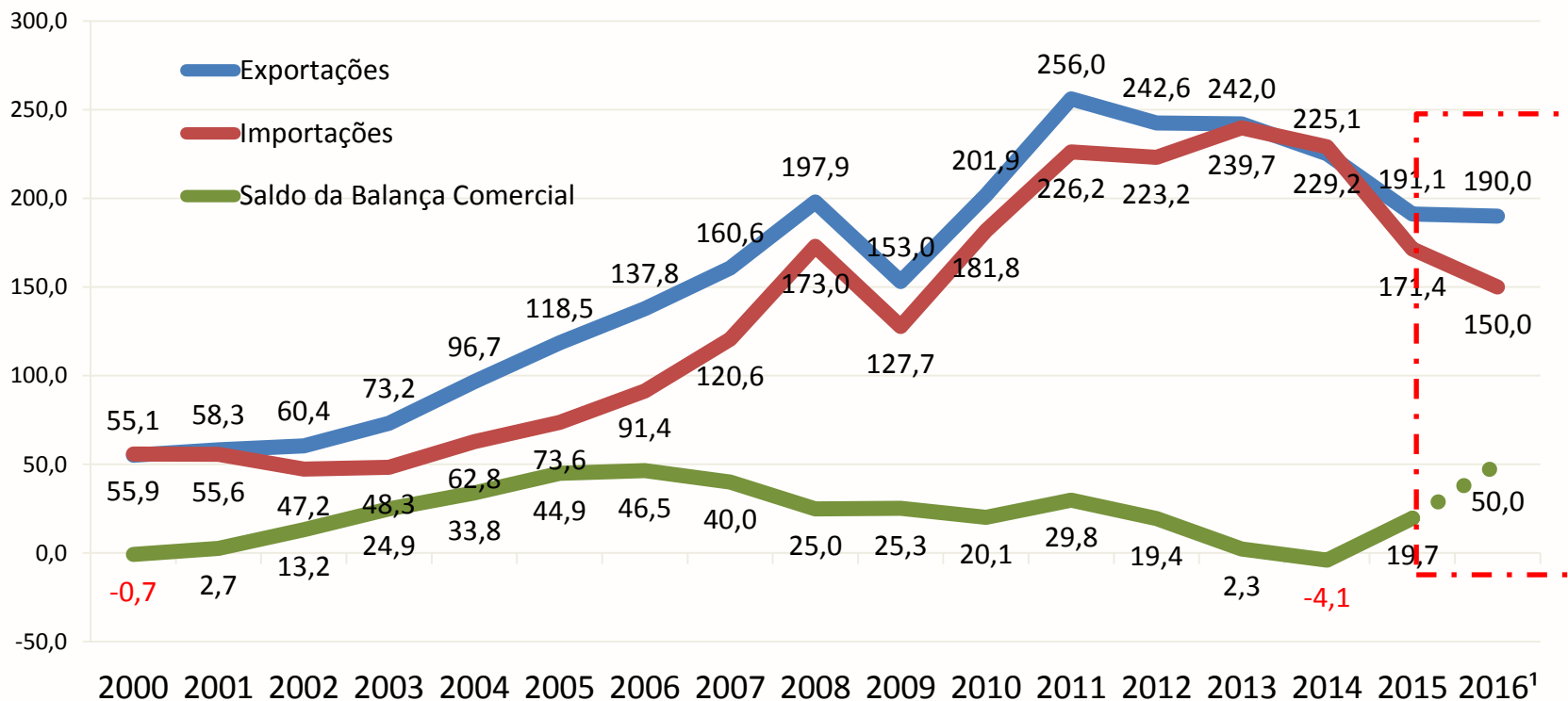
Brasil: índices da taxas de câmbio real (IPCA) – Dez/2014 a Dez/2016 (junho/1994 = 100)



Fonte: BCB. Elaboração Ceplan Multi. Notas: (1) Junho 1994 = 100; (2) Trata-se do índice da taxa de câmbio deflacionada pelo IPCA.

Brasil 2016: *superávit* comercial crescendo

Brasil: saldo da Balança Comercial, em US\$ bilhões – 2000 a 2016¹



Fonte: MDIC e Banco Central do Brasil.

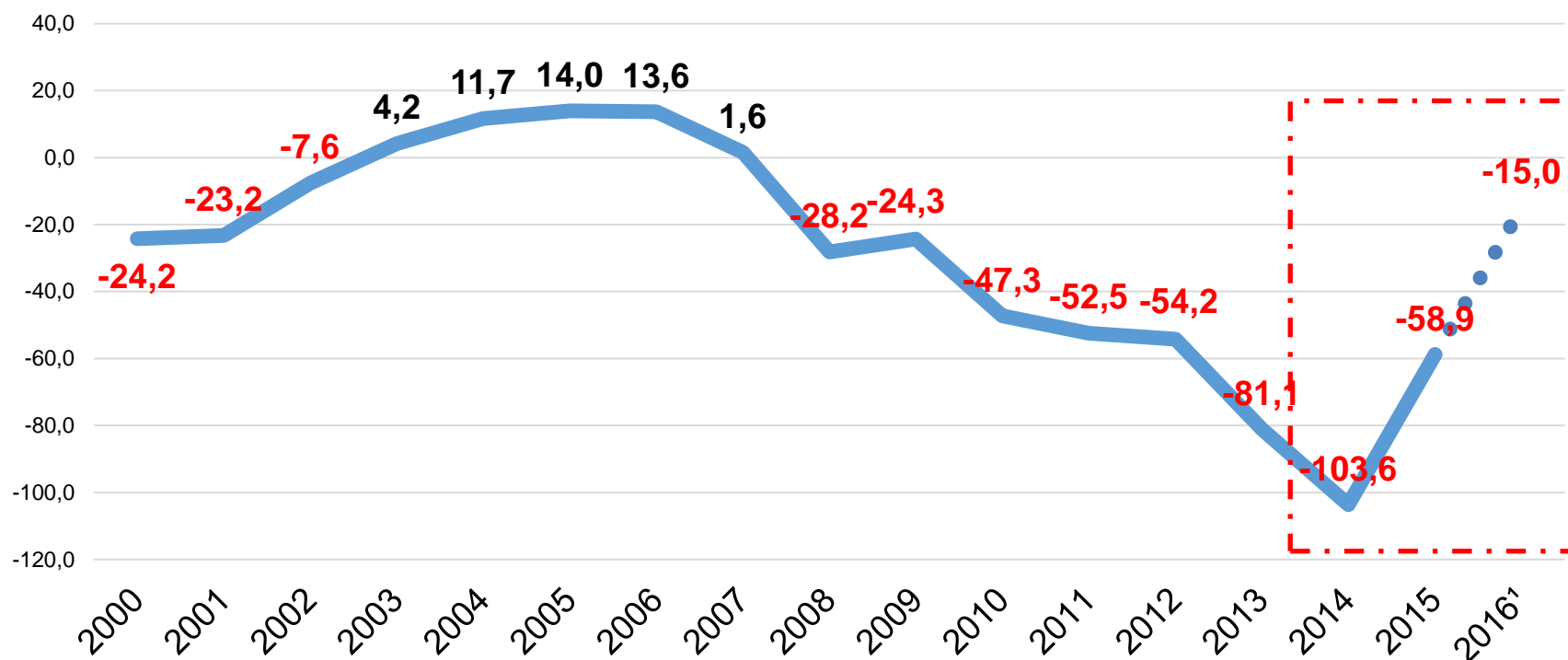
¹ Projeção do Banco Central do Brasil divulgada no Relatório de Inflação de Julho/2016.

Em 2014 houve déficit. Em 2015 o saldo foi positivo, sob impacto da desvalorização cambial. Bacen prevê *superávit* mais que dobrado em 2016.

Brasil 2016: déficit nas transações correntes melhora (4,4% do PIB em 2014 e 3,3% em 2015 e -0,9% em 2016)



Brasil: Saldo da Balança de Transações Correntes, em US\$ bilhões - 2000 a 2016¹

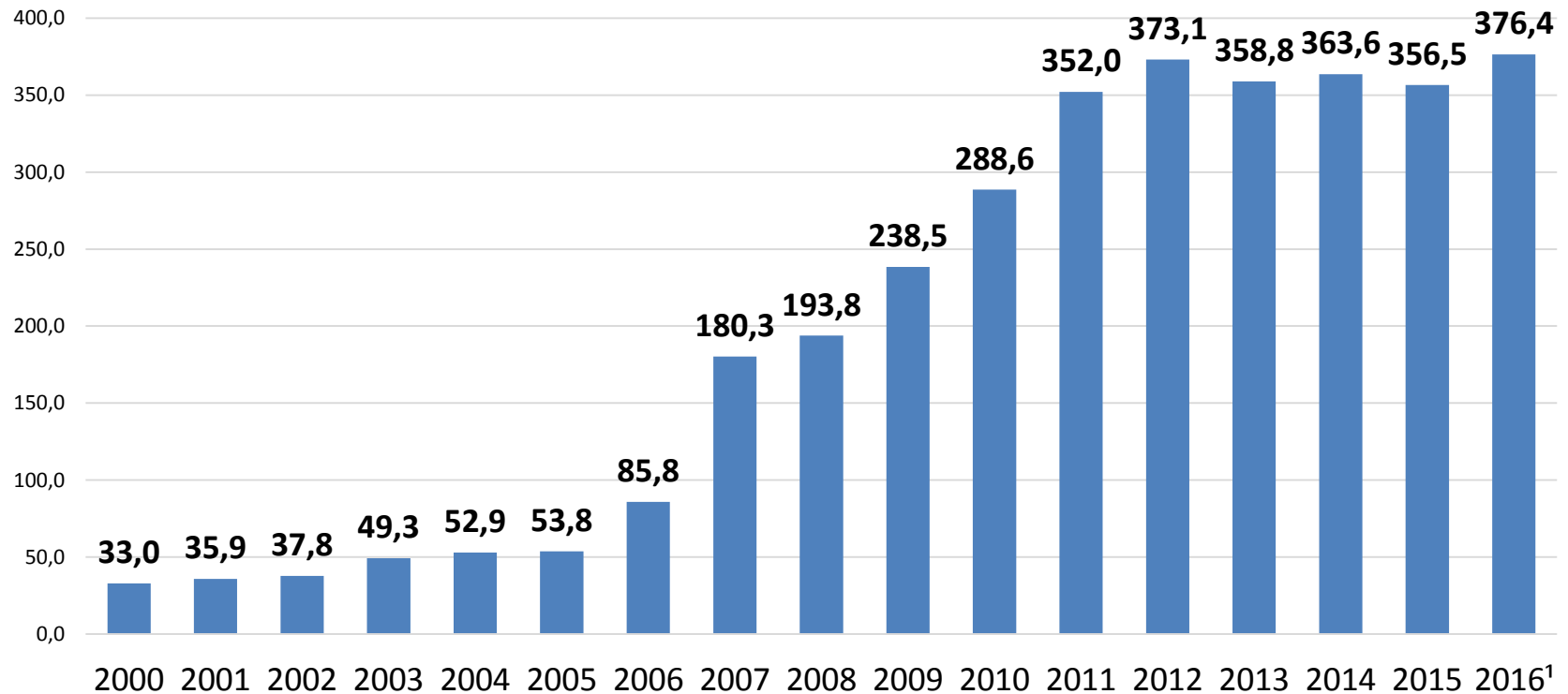


Fonte: Depec/BCB. Elaboração Ceplan.

Nota: ¹Projeção do Relatório de Inflação de março de 2016 do BCB.

Brasil 2016: reservas internacionais aumentam (patamar elevado)

Brasil: Reservas internacionais, em US\$ bilhões - 2000 a 2016¹

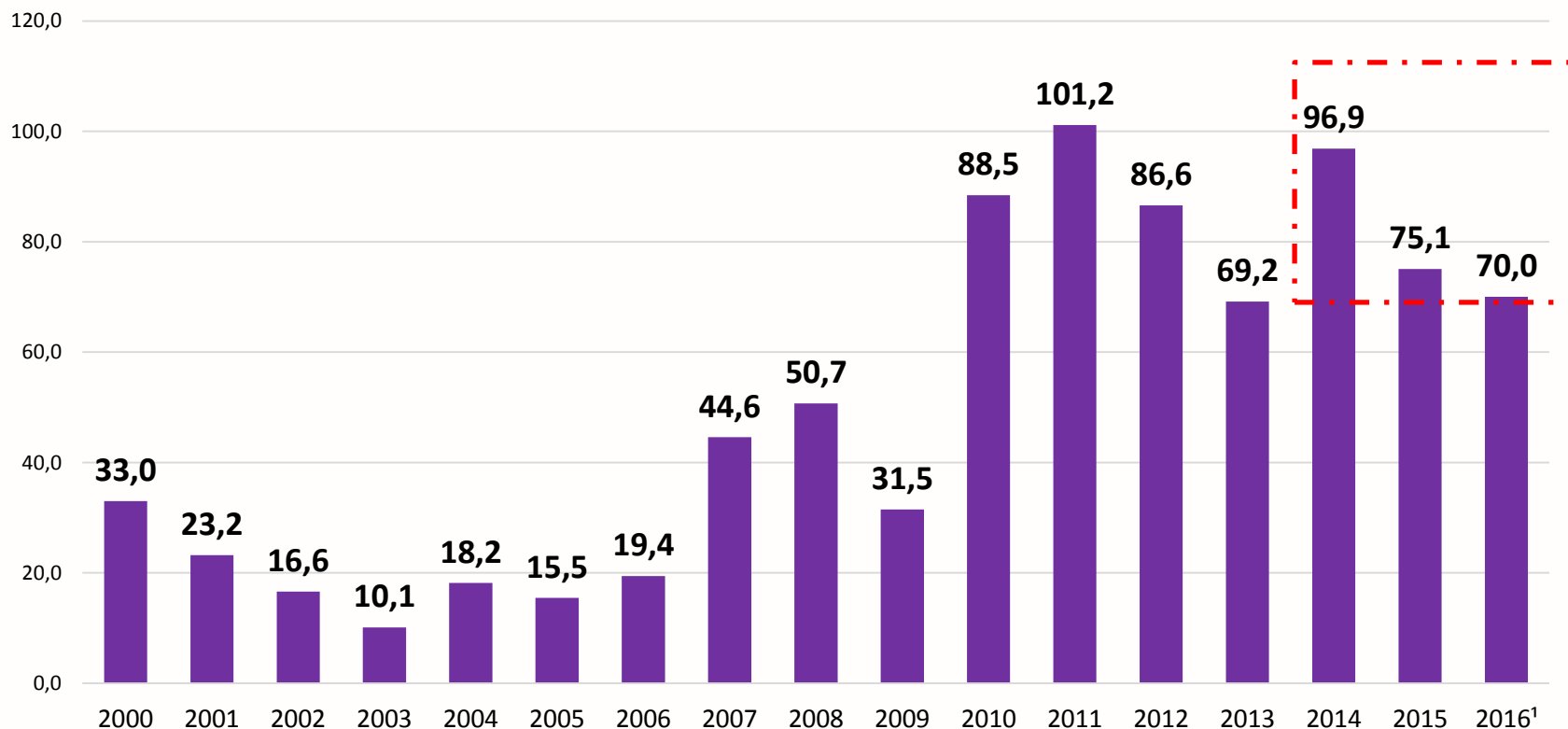


Fonte: Depec/BCB. Elaboração Ceplan.

Nota: ¹Projeção do Relatório de Inflação de julho de 2016 do BCB.

Brasil 2016: queda no Investimento direto externo (IDP), mas 4,5 vezes o déficit externo

Brasil: Investimentos diretos no País (líquido), em US\$ milhões - 2010 a 2016¹



Fonte: Depec/BCB. Elaboração Ceplan.

Nota: ¹Projeção do Relatório de Inflação de março de 2016 do BCB.

Crise econômica permanece forte e é alimentada pela crise política

- Crise econômica profunda interage com crise política
- Operação LAVA JATO, continua a impactar investimentos (P&G, infraestrutura..) e mantém tensão no ambiente político, levando instabilidade ao Governo, mesmo pós saída de Dilma.

2015 a 2017: continua bom para poucos

- Sistema financeiro e rentistas;
- Agronegócio;
- Exportadores (pós melhoria no câmbio);
- Investidores em energia eólica
- Investidores externos (ativos baratos)

3. Propostas de reforma na Constituição Federal de 1988: a PEC 55

Bases Conceituais: a conta de Governo

Classificação Funcional

- Educação
- Saúde
- Assist. Social
- C,T&I
- Energia
-

Despesa

- Pessoal
- Custeio
- Transferências
- Investimento
- **SALDO PRIMARIO**
- Despesas Financeiras
- **SALDO OPERACIONAL**
(Resultado Nominal)

FOCO DA PEC

Receita

- Tributária
- Patrimonial
- Operações de crédito

- Receita de títulos
(Dívida Mobiliária)

Sistema Tributário

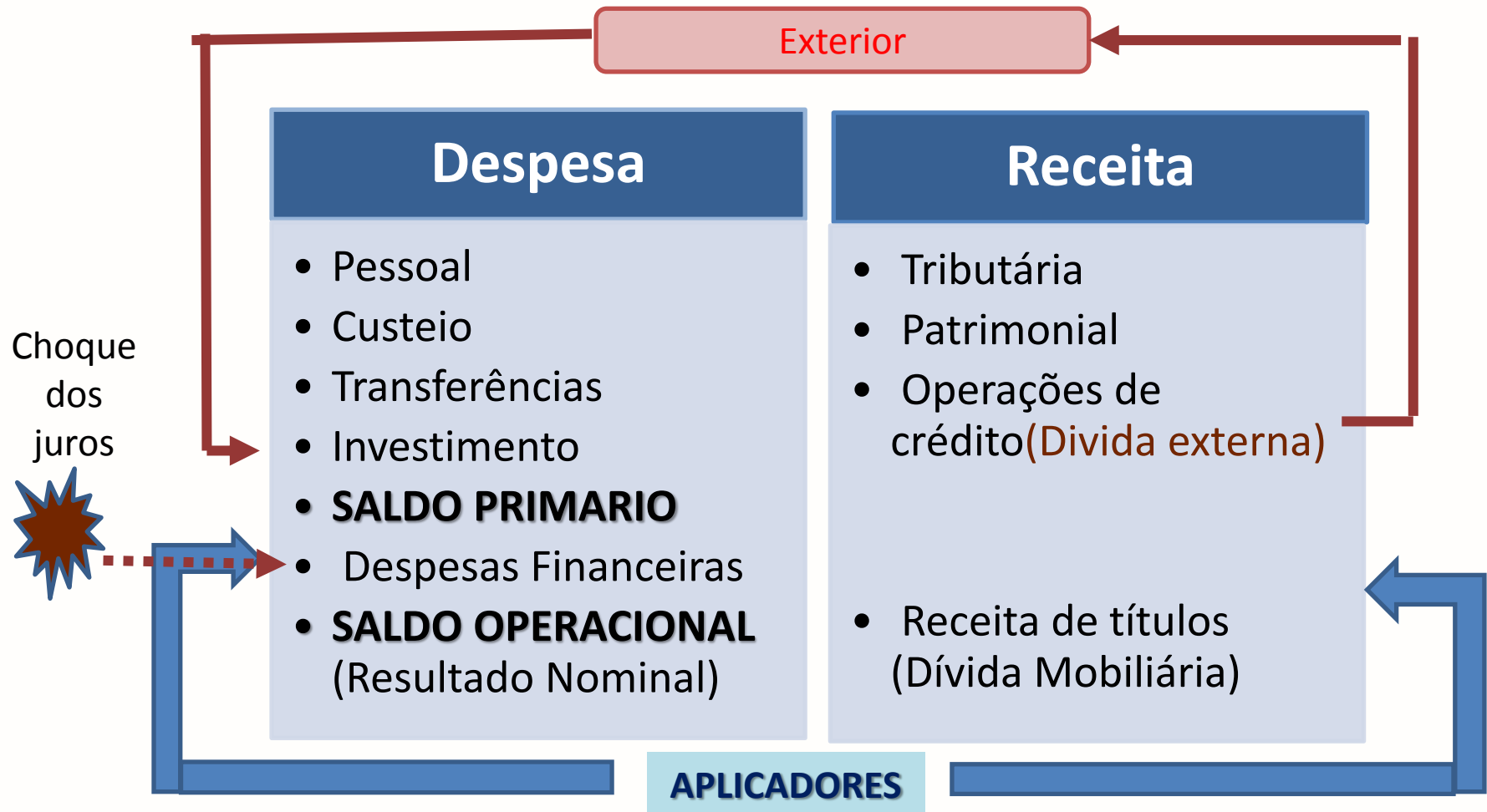
Renúncia Fiscal

Sonegação

APLICADORES

Fontes: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)/Secretária do Tesouro Nacional(STN)/Ministério da Fazenda. Elaboração CEPLAN.

Brasil no final do século XX: crise fiscal e o endividamento do Governo



Fontes: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Fundamento da PEC: a despesa pública no Brasil cresceu quase 6% acima da inflação, em termos médios, no período de 1997 a 2015

BRASIL: evolução da Despesa Primária como % do PIB. Nada extraordinário até 2011

Despesa primária do governo federal

Em % do PIB

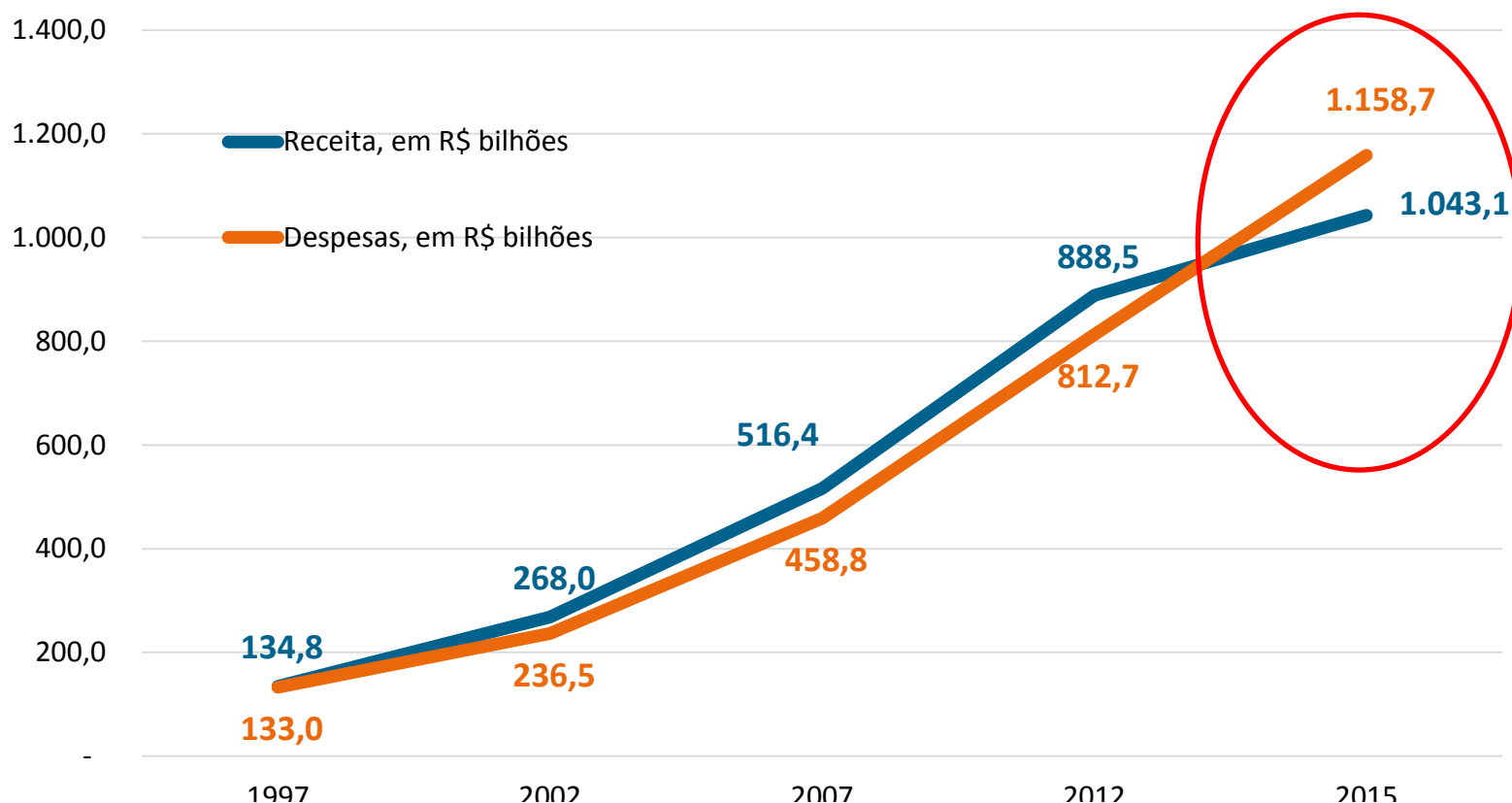
	Pessoal	INSS	Custeio Admin.	Custeio saúde e educação	Gastos sociais	Invest.	Outros	Total
1999	4,5	5,5	1,6	1,8	0,6	0,5	0,1	14,5
2000	4,6	5,6	1,5	1,8	0,6	0,7	0,1	14,7
2001	4,8	5,8	1,0	1,8	0,9	1,2	0,1	15,6
2002	4,8	6,0	1,1	1,8	1,0	1,0	0,1	15,7
2003	4,5	6,3	1,2	1,7	1,0	0,4	0,1	15,1
2004	4,3	6,5	1,2	1,7	1,2	0,6	0,1	15,6
2005	4,3	6,8	1,5	1,8	1,3	0,6	0,1	16,4
2006	4,5	7,0	1,4	1,7	1,6	0,7	0,1	17,0
2007	4,4	7,0	1,5	1,8	1,6	0,8	0,1	17,1
2008	4,3	6,6	1,1	1,8	1,6	0,9	0,1	16,4
2009	4,7	6,9	1,1	1,9	1,9	1,1	0,1	17,7
2010	4,4	6,8	1,1	2,0	1,8	1,2	0,1	17,4
2011	4,3	6,8	1,1	2,0	1,9	1,1	0,1	17,5
1999-2011	-0,1	1,3	-0,5	0,3	1,3	0,6	0,1	3,0

Fonte: Tesouro Nacional e SIAFI. OBS: despesa de 2010 não inclui capitalização da Petrobras. Elaboração: Mansueto Almeida

FONTE: Jornal O VALOR. Mansueto Almeida. Esclarecendo o Debate Fiscal 06 de Fev. 2011

Evolução da Despesa da União: não houve explosão . A crise recente impactou receita

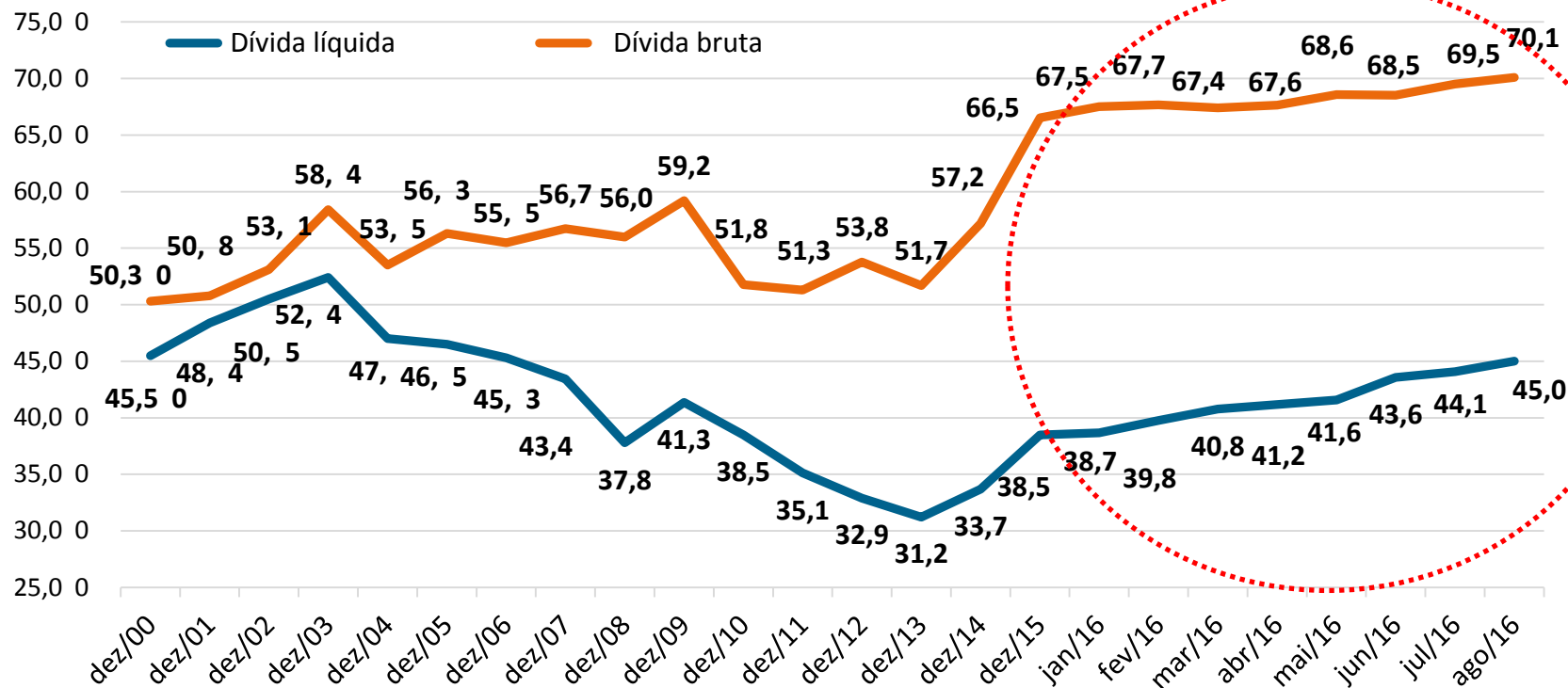
Brasil: Despesas da União – em R\$ bilhões – 1997, 2002, 2007, 2012 e 2015



Fonte: Tesouro Nacional . Elaboração Gustavo Patu. Publicado na FSP em 25 de maio de 2016

Brasil: relação dívida pública/PIB cresce rápido pós 2014 (recessão)

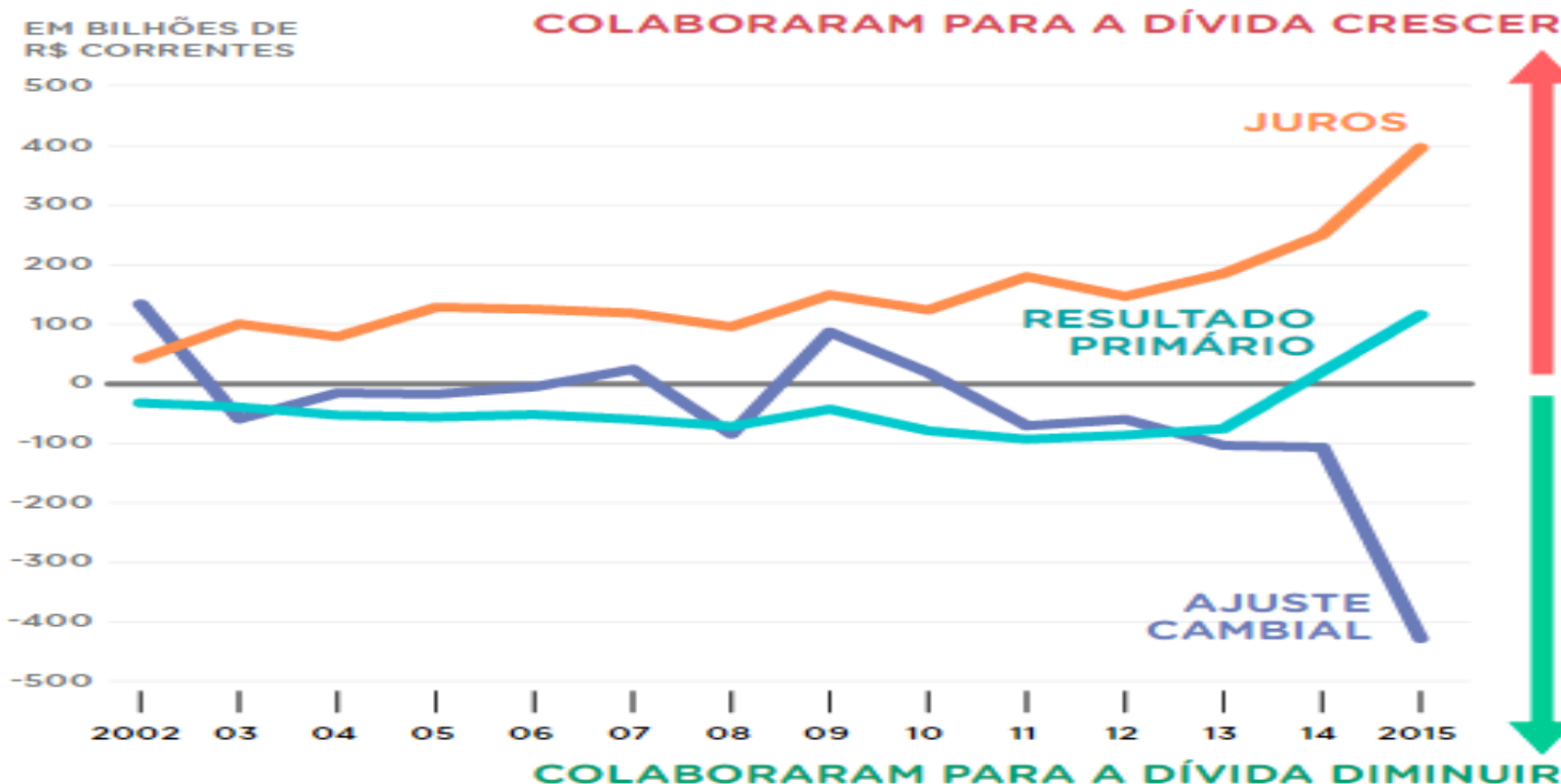
Brasil: Dívida bruta e Dívida Líquida do Governo Geral acumulado em 12 meses, em % do PIB - dezembro/2000 a agosto/2016



Fonte: "Dívida Pública: a experiência brasileira" (Tesouro Nacional/MF) e Banco Central do Brasil. Elaboração Ceplan.
* % PIB acumulado em 12 meses. ** De 2000 a 2005, indicador recalculado pelo Tesouro Nacional, considerando nova metodologia do Banco Central. A partir de 2006, dados divulgados pelo Banco Central. *** Dívida líquida = dívida bruta menos a soma dos créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central.

Brasil: fontes de crescimento da dívida pública no século XXI

DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA NOS ÚLTIMOS ANOS



Fontes: Tesouro Nacional e Banco Central. Projeções do Relatório Focus de 9/12/2016. Elaboração:

<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/12/19/O-que-%C3%A9-e-como-%C3%A9-composta-a-d%C3%ADvida-p%C3%ABblica-no-Brasil>

Brasil: dívida bruta x peso dos encargos se destaca no contexto mundial

Carga de juros e dívida bruta - países selecionados (2015 -% PIB)

País	Encargos pagamentos de juros (% PIB)	Dívida bruta do governo geral (% PIB)
Brasil	8,5	66,2
Canadá	0,6	90,4
Alemanha	1,1	70,7
Grécia	4,2	197,0
Itália	4,2	133,1
Coréia do Sul	0,0	38,2
Holanda	1,0	67,6
Polônia	1,5	51,1
Portugal	4,3	127,8
Espanha	2,9	98,6
Austrália	0,8	36,0
França	1,9	97,1
Japão	1,0	245,9
Suíça	0,2	46,2
Reino Unido	2,4	88,9
EUA	2,8	104,9

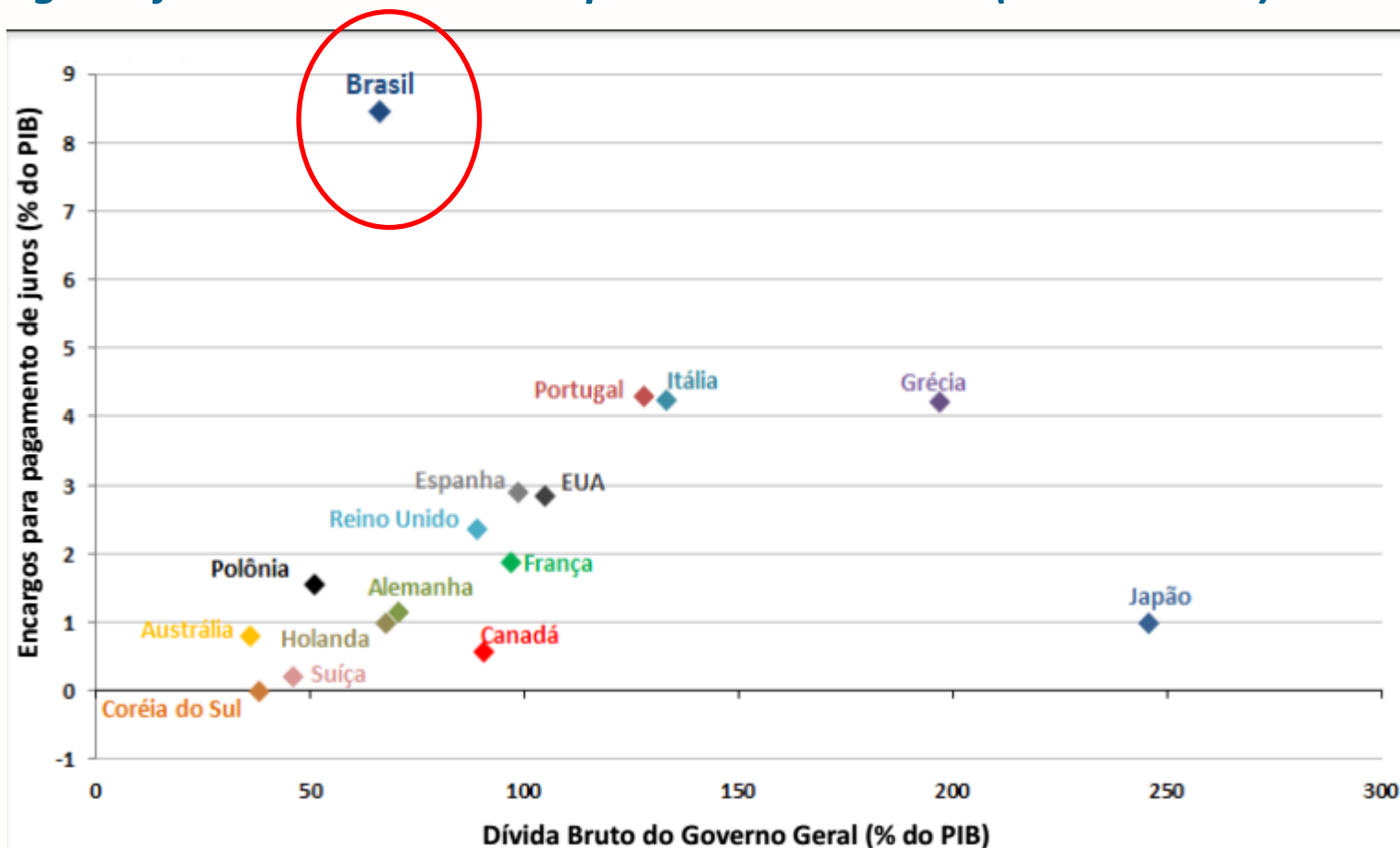
*Dívida bruta do governo geral: Para o Brasil, dado efetivo divulgado pelo BCB. Para os demais países, projeções FMI divulgadas em outubro de 2015.

** Encargos pagamento de juros: Para o Brasil, dado efetivo divulgado pelo BCB. Para os demais países, projeções OECD divulgadas em novembro de 2015.

Fonte: OCDE, FMI; BCB / Elaboração: DEPE – PUC-SP

Brasil: por que tão diferente?

Carga de juros e dívida bruta - países selecionados (2015 - % PIB)



*Dívida bruta do governo geral: Para o Brasil, dado efetivo divulgado pelo BCB. Para os demais países, projeções FMI divulgadas em outubro de 2015.

** Encargos pagamento de juros: Para o Brasil, dado efetivo divulgado pelo BCB. Para os demais países, projeções OECD divulgadas em novembro de 2015.

Fonte: OCDE, FMI; BCB / Elaboração: DEPE – PUC-SP

- A tese dominante: a crise é fiscal porque “o país não cabe na Constituição Federal de 1988”

Solução: cortar os gastos primários

- Problema: não discute os gastos com a dívida nem outros componentes da conta de Governo, fazendo crer que a crise fiscal deriva apenas do excesso de gastos primários.



É um debate difícil de ser feito.

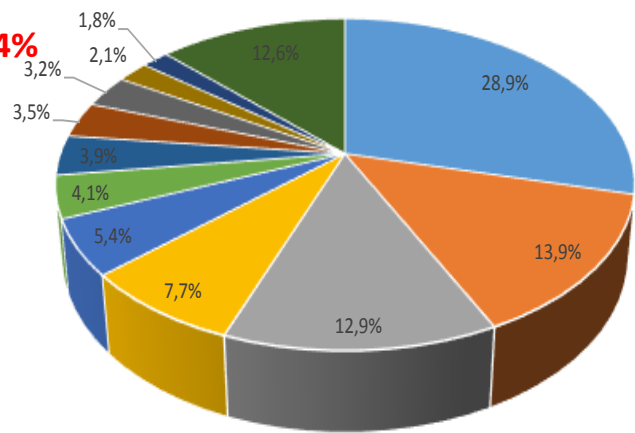
Os poderosos interesses rentistas o dominam e os cortes propostos não focam os privilégios.

3. Propostas de reforma na Constituição Federal de 1988: a PEC 55

Composição da despesa primária por função (2014) peso da Previdência, ED, SD e AS

Previdência	28,9%
Saúde	13,9%
Educação (1)	12,9%
Assistência Social (2)	7,7%
Administração Pública	5,4%
Segurança Pública	4,1%
Trabalho (3)	3,9%
Urbano (4)	3,5%
Transportes	3,2%
Defesa	2,1%
Ensino Superior	1,8%
Outros	12,6%
TOTAL	100,0%

63,4%



- Previdência
- Saúde
- Educação (1)
- Assistência Social (2)
- Administração Pública
- Segurança Pública
- Trabalho (3)
- Urbano (4)
- Transportes
- Defesa
- Ensino Superior
- Outros

Fonte : BIRD

NOTAS:

(1) sem Ensino Superior ←

(2) inclui PBF, BPC, alimentação escolar, renda mensal vitalícia e aposentadoria rural

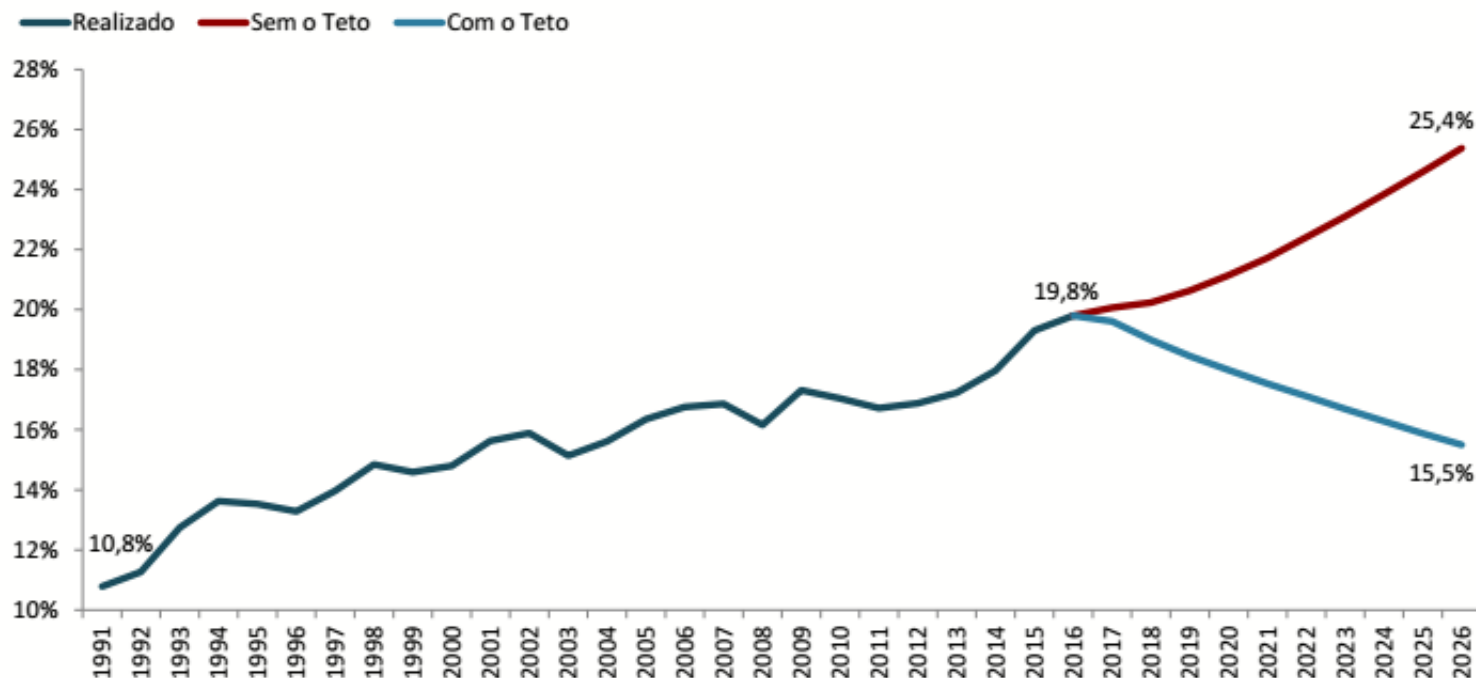
(3) inclui Seguro Desemprego

(4) inclui Saneamento e Habitação

Despesa primária com PEC e sem PEC (Ministério da Fazenda)



Despesa Primária Total (% PIB)



Fonte: Ministério da Fazenda, SIAFI, IBGE

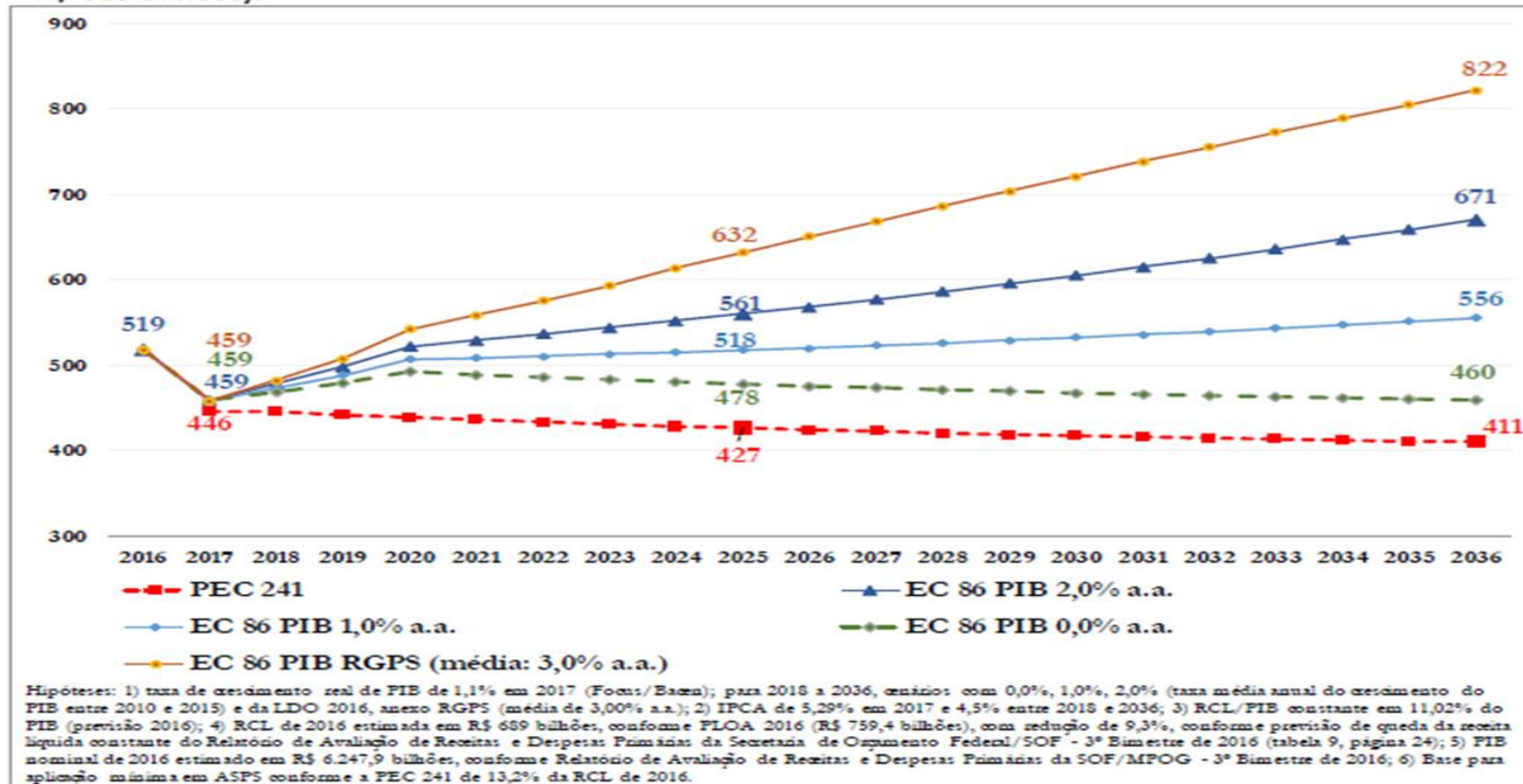
*Dados de 1991 a 1996: Giambiagi e Castelar (2012), "Além da Euforia"

** 2010: Não inclui a capitalização da Petrobrás

Fonte: Apresentação Retomada do Crescimento Econômico (Henrique Meirelles/Ministro da Fazenda), mar/2017.

Gastos com Saúde: com e sem PEC (IPEA)

Projeção do impacto da PEC 241 sobre o gasto federal com Saúde em comparação com a manutenção da regra da EC 86 - em R\$ de 2016 *per capita* (Hipóteses: piso da PEC 241 = 13,2% da RCL de 2016; e RCL 2016 = R\$ 689 bilhões).

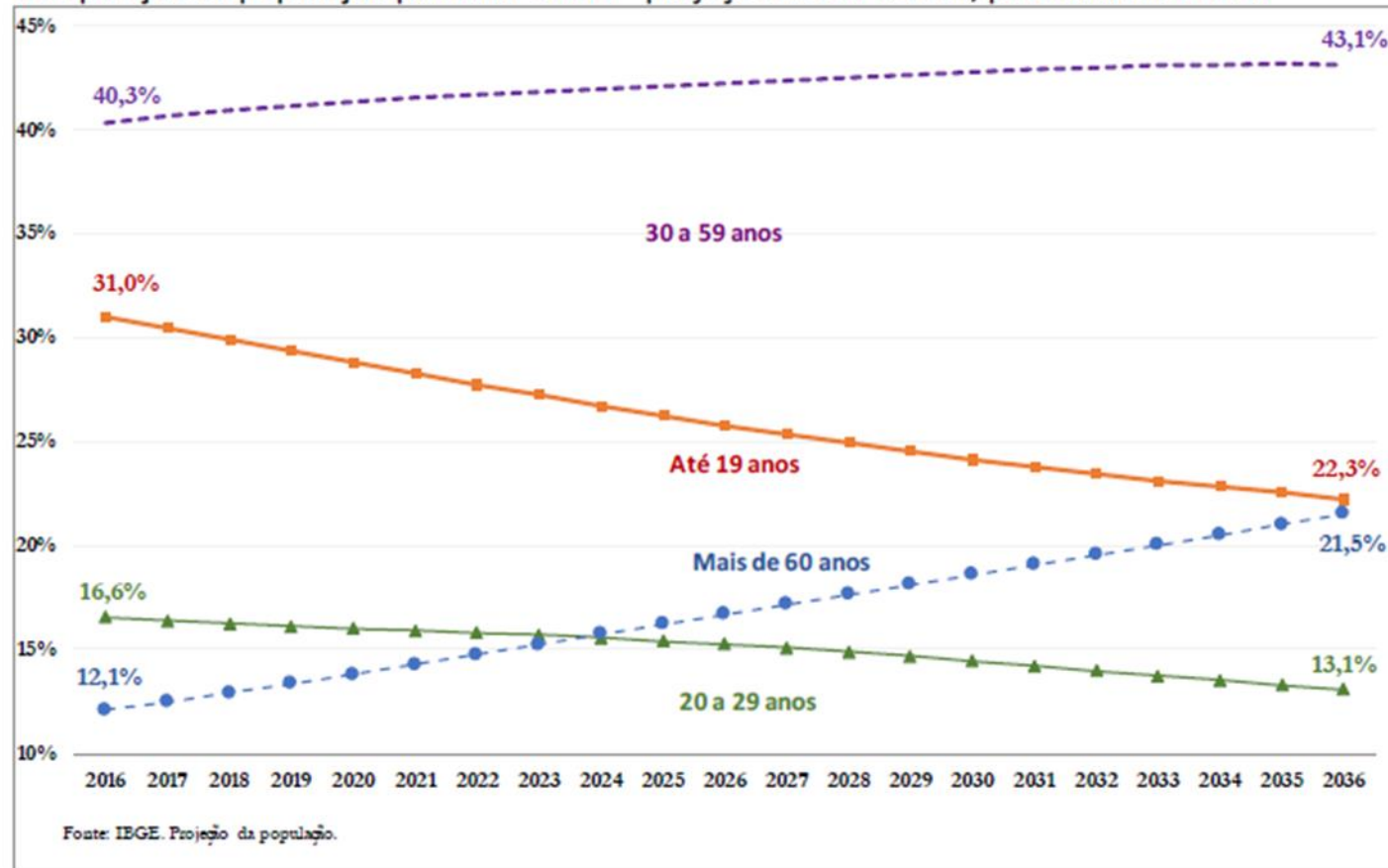


Fabiola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides

OS IMPACTOS DO NOVO REGIME FISCAL PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 28. IPEA . Brasília, set.2016.

Projeções da população: peso dos idosos (IPEA)

Composição da população por faixa etária – projeções 2016 e 2036, percentual do total.

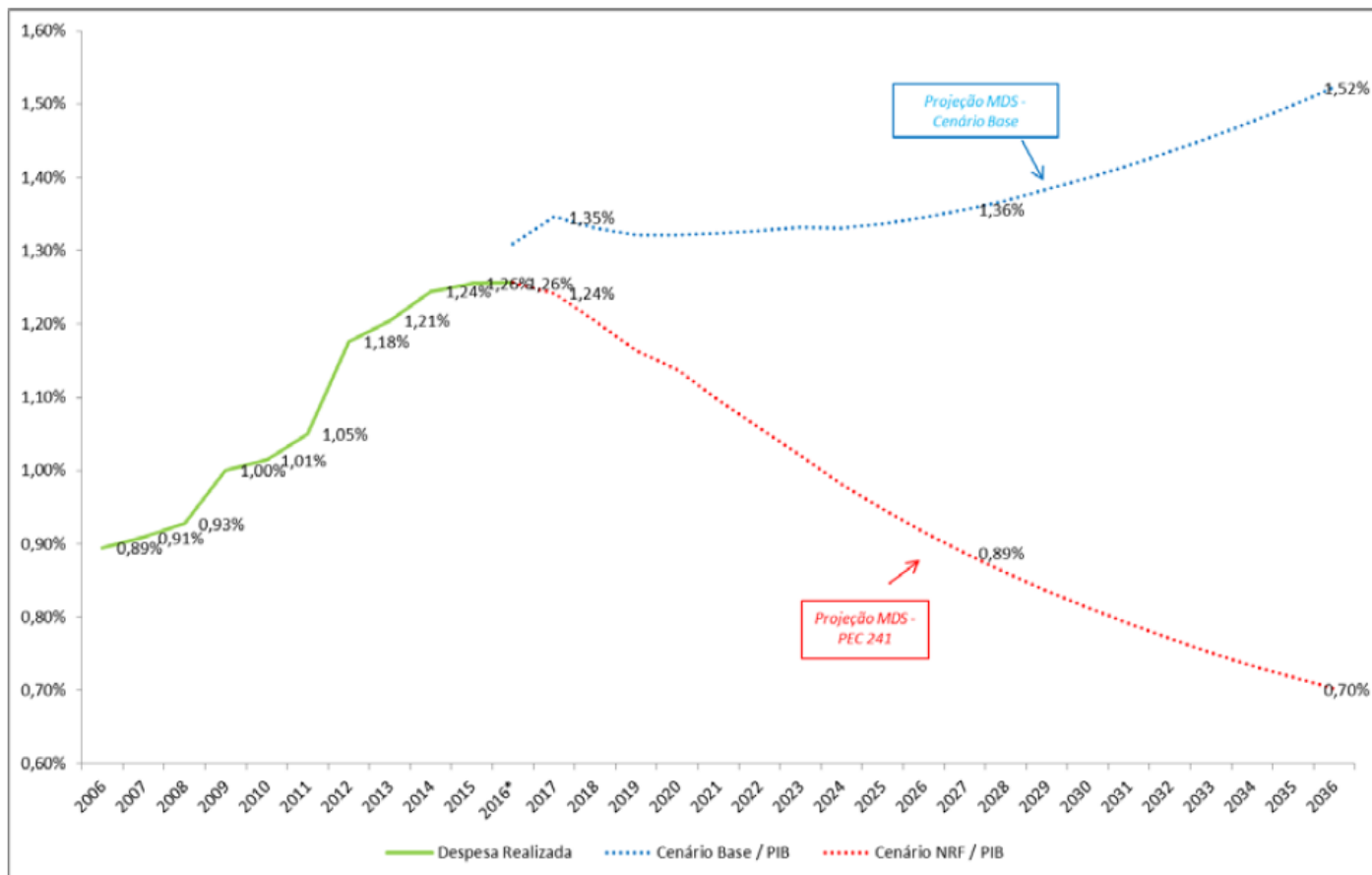


Fabiola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides

OS IMPACTOS DO NOVO REGIME FISCAL PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 28. IPEA . Brasília, set.2016.

Projeção dos gastos com Assistência se a PEC tivesse vigorado desde 2006

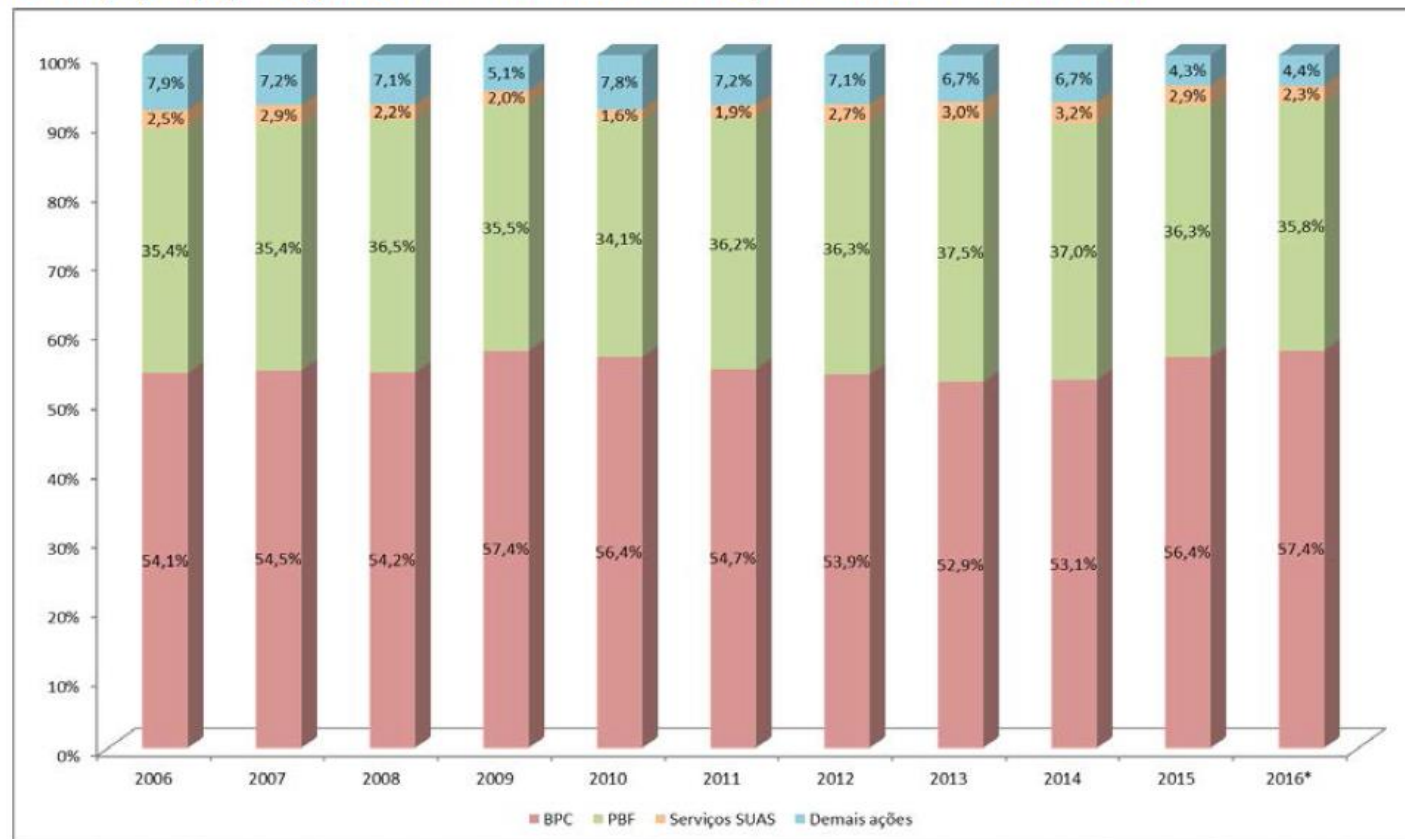
Evolução da participação (%) do gasto do MDSA em relação ao PIB – 2006 a 2016 (despesa realizada) e 2017 e 2036 (projeção dos Cenários Base e NRF)



Fonte: Siga Brasil; Matriz de Informações Sociais (beneficiários do Programa Bolsa Família e valor médio do benefício); IBGE (estimativa da população e PIB); Anexo IV.6 da LDO 2017 (projeção do IPCA, do PIB e do reajuste do Salário Mínimo).

Composição dos gastos em Assistência nos anos recentes (peso do BPC e PBF)

Participação (%) dos gastos com BPC no total das despesas do MDS – 2006 a 2016*



Fonte: Siga Brasil; Matriz de Informações Sociais (beneficiários do Programa Bolsa Família e valor médio do benefício); IBGE (estimativa da população e PIB); Anexo IV.6 da LDO 2017 (projeção do IPCA, do PIB e do reajuste do Salário Mínimo).

A visão do BIRD



- O relatório mostra problemas na **trajetória e composição dos gastos primários**, defende sua revisão, mas faz um destaque importante, com o qual concordo: **a crise fiscal não vem das políticas sociais estratégicas**.
- O gasto social com os 40% mais pobres não pesa **sequer 17% nas nossas despesas primárias, quantifica**. *(no item 42 do Sumário Executivo, estima que, em 2014, a parcela de transferências de assistência social direcionadas diretamente aos pobres era de apenas 7,7% dos gastos primários do governo geral. Com a inclusão dos gastos em saúde básica, pré-escola e ensino fundamental, esse número aumenta para 16,4%.)*
- No item 33, destaca **nosso momento de conflito redistributivo**, mas alerta que **injustiças no gasto público podem ser cortadas, ao invés de reduzir os gastos sociais com os mais pobres, num país que avançou tanto na direção certa**.

Bird. “ Retomando o caminho para a inclusão, crescimento e sustentabilidade”

Brasil: relatório sistêmico do país. Relatório N° 101431 –BR. Maio de 2016.

3. Propostas de reforma na Constituição Federal de 1988: a PEC 287

Principais propostas



- 1. Estabelece idade mínima de 65 anos para todos (a igualdade entre Homens e Mulheres ocorre em 20 anos) e mínimo de 25 anos de contribuição (eram 15) . Acaba aposentadoria por tempo de contribuição.**
- 2. Fórmula de cálculo muda:** para se aposentar com 100% do benefício, será preciso contribuir **49 anos**.
- 3. Os trabalhadores das áreas rurais também passa a contribuir para o regime, com alíquota semelhante à do MEI, de 5%. A idade sobe para 65 anos.** Hoje podem se aposentar por idade (60 anos homens e 55, mulheres), bastando apenas comprovar atividade no campo.

4. Fica revogada a aposentadoria especial de professores do ensino fundamental e médio (os de universidades já foram equiparados aos demais servidores) **e policiais civis**. Para servidores com menos de 50 anos (homem) e 45 anos (mulher), valerão as novas regras, com idade mínima de 65 anos. Quem estiver acima, entra na transição.
Bombeiros e militares fora da PEC.

5. Enquadra novos ocupantes de cargos políticos (senadores e deputados eleitos em 2018) **nas mesmas regras do INSS**. Hoje, eles seguem a lógica do setor público (60 anos de idade e 35 anos de contribuição). Para quem já foi diplomado, valerão regras de transição.

6. A pensão por morte, que é integral, deve ser reduzida para 50%, mais 10% por dependente, para todos os segurados (INSS e serviço público). A pensão deverá ser **desvinculada do reajuste do salário mínimo**. E as pensões não poderão mais ser acumuladas com aposentadorias.

7. Os estados terão que criar fundos de previdência complementar para novos servidores, como que fez a União. Com isso, os funcionários terão o benefício limitado ao teto do INSS, podendo receber um complemento se quiserem aderir ao fundo. Já criaram fundos: RJ, SP, MG, ES.

8. Desvincula o BPC (LOAS) da política de reajuste do salário mínimo. Os benefícios seriam reajustados só pela inflação. A idade deve subir de 65 anos para 70 anos.

OBS: governo decidiu não desvincular o reajuste do salário mínimo do piso previdenciário. Essa mudança atingirá somente as pensões por morte e os benefícios assistenciais.

9. Acaba isonomia de reajustes entre servidores ativos e inativos. A proposta afetaria todos que ingressaram no serviço público antes de 2003 e ainda não se aposentaram. Esses trabalhadores passariam a ter direito só à reposição da inflação no momento de reajustar o benefício. O mecanismo já vigora para quem entrou depois de 2003.

- 10. Eleva de 11% para 14% a alíquota de contribuição dos funcionários públicos federais — que funciona como piso para os regimes próprios estaduais (pedido dos Governadores).**

- 11. Os militares ficam de fora da PEC 287 (têm regime próprio)**

SINTESE :

A PEC endurece as regras de acesso e rebaixa o valor médio dos benefícios.

O alcance e a importância da previdência pública são reduzidos.

4. Considerações Finais

O contexto externo e megatendências



*Megatendências são “**mudanças** sociais, econômicas, políticas, ambientais e tecnológicas, **em larga escala**, as quais, embora se formem lentamente, **operam profunda transformação e influência duradoura** em inúmeras atividades humanas, processos e percepções”.*

São exemplos :

- o **crescimento populacional** mundial e a **urbanização**,
- o **envelhecimento das sociedades** em várias partes do mundo,
- o **aquecimento do planeta** e a elevação do nível do mar ou acidez dos oceanos,
- o **aprofundamento da globalização**,
- a **crescente dinâmica de digitalização**, *big data* e bioengenharia.

➤ **Desenvolvimento de tecnologias promissoras e com maior potencial disruptivo, impactando inúmeros campos de aplicação**

- 1. Internet das coisas**
- 2. Análise de *big data***
- 3. Inteligência artificial**
- 4. Neurotecnologias**
- 5. Nano e microssatélites**
- 6. Nanotecnologias**
- 7. Manufatura aditiva (impressão 3D)**
- 8. Tecnologias avançadas de estocagem de energia**
- 9. Biologia sintética**
- 10. *Blockchain***

O ambiente mudou externamente, em especial no pós crise 2008/2009:

- avanço da globalização sob o comando do capital financeiro
- desdobramentos da crise financeira em paralelo à retração chinesa no curto prazo
- Comportamento de preços no mercado de *commodities* (*difícil voltar a patamares anteriores*)
- reorganização geopolítica mundial e as incertezas com a chegada de Trump nos EEUU
- consolidação de novos paradigmas técnicos

Logo: Brasil precisa se repensar e se reposicionar

O contexto externo, a CT&I e a Universidade



- O rápido desenvolvimento econômico nos países emergentes, ao lado das atividades transfronteiriças das multinacionais e da fragmentação das cadeias globais de valor, deverá **favorecer uma ampla distribuição das atividades de C,T&I em todo o planeta.**
- Assim, a **concorrência global por talentos e recursos** deve se intensificar, bem como a **produção e a difusão de novos conhecimentos.** A Universidade continua exercendo papel importante.
- De outro lado, as atividades de C,T&I poderão se defrontar com fortes **restrições financeiras** em especial pelo crescimento insuficiente das economias desenvolvidas e algumas emergentes.

O ambiente não está favorecendo o debate:

- **foco na conjuntura: crises muito intensas**
- **radicalização de posições: dificulta diálogo**
- **instabilidade do quadro político e desgaste dos políticos** (corrupção, padrões de representatividade e legitimidade)
- **que projeto nacional ?**

Perspectivas da Universidade são função:

- **De qual o horizonte vai guiar decisões futuras ?**
- **Qual o modelo de financiamento daria continuidade aos avanços?**

Obrigada!

taniabacelar@ceplanconsult.com.br



CEPLAN

Rua João Ramos, 50, Sala 409
Graças, Recife PE - CEP 52011-080
Tel: (81) 3414.8181 / Fax (81) 3414.8182
ceplan@ceplanconsult.com.br
www.ceplanconsult.com.br